



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Relatório da Diretoria de 2017

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da SAMA S.A. MINERAÇÕES ASSOCIADAS - Em Recuperação Judicial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Mineral Crisotila

Em 2017, a SAMA, vendeu 144,3 mil toneladas de mineral crisotila, uma redução de 20,98% em relação ao ano anterior. As vendas no mercado interno atingiram 35,8 mil toneladas, representando uma redução de 64,53% na comparação entre os anos de 2017 e 2016, exportações tiveram um volume de 108,5 mil toneladas, apresentando um aumento de 32,84% na comparação com o ano anterior. No final de 2017, a SAMA manteve sua participação entre as três maiores mineradoras no mercado mundial de produção do crisotila.

As exportações são destinadas em sua maior parte aos seguintes países: Índia, Indonésia, Colômbia, Vietnã, África do Sul, Sri Lanka, Malásia, Bolívia, Bangladesh, Equador, El Salvador, Peru, México, Filipinas, Estados Unidos da América, Arábia Saudita e Tailândia.

Na área de Recursos Humanos, deu-se continuidade ao programa de benefícios aos colaboradores da sociedade, concedendo a cesta básica, assistência médica, odontológica, incentivos permanentes à prevenção de acidentes e saúde ocupacional. Ocorrem, ainda com grande intensidade, atividades de treinamento e desenvolvimento de pessoal.

A transparência e equidade são dois dos principais alicerces de sustentabilidade dos negócios da SAMA. Nesse sentido, a Companhia, é signatária do Pacto Global da ONU, possui as certificações ISO 9.001 de gestão de qualidade, ISO 14.001 de gestão ambiental e OHSAS 18.001 de gestão de saúde e segurança ocupacional, PSQ-USC - Programa Setorial de Qualidade do Uso seguro do Crisotila.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Líquida

A SAMA registrou receita líquida de vendas de R\$ 203,8 milhões em 2017, uma redução de 34,15% em relação a 2016. No mercado interno, a receita líquida apresentou uma redução de 63,47% em relação a 2016 e totalizou R\$ 64,1 milhões. A redução da receita líquida no mercado interno é decorrente da desaceleração do setor de materiais de construção. A receita líquida proveniente de exportações somou R\$ 139,7 milhões, um aumento de 4,09% em relação a 2016 apesar da desvalorização de 1,50% do dólar frente ao real (comparação entre PTAX médio do período).

Lucro Líquido

A SAMA registrou prejuízo de R\$ 39,5 milhões em 2017, redução de 246,31% em relação a 2016.

Investimentos

Os investimentos somaram R\$ 0,6 milhões em 2017, recuo de 83,55% em relação ao ano anterior, investimentos estes realizados com recurso próprio, tendo sido priorizado os recursos para a manutenção da operação atual, antipoluição, higiene, segurança e meio ambiente e aumento da produtividade da planta industrial. Os principais investimentos foram para adequação da planta industrial para atender a NR-12, equipamentos de mineração e controle de poluição.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Prêmios

A empresa conquistou diversos prêmios em 2017, estes confirmam a posição de destaque da mineradora no mercado nacional e internacional.

Confira abaixo a relação dos prêmios conquistados pela SAMA em 2017:

• Grupo Gestão RH

- As 10 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa 2017
- As Melhores Empresas em Cidadania Corporativa 2017
- As 25 Marcas Mais Admiradas em 2017

- RHs mais admirados do Brasil 2017
- 10 RHs mais admirados do Brasil 2017

- Destaque Estadual de RH

- As Melhores Empresas em IDHO - Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional 2017

Destaque Dimensão Capital Humano

- As melhores empresas Psicologicamente Saudáveis 2017

Destaque na Dimensão Equilíbrio Vida e Trabalho;

• Revista Minérios & Mineraleis

- 19º Prêmio de Excelência da Indústria Minero Metalúrgica

Concorreu com um projeto no aspecto ambiental que aborda a recuperação de áreas degradadas

• Instituto Great Place To Work

- As Melhores Empresas para Trabalhar América Latina - 2º lugar

Categoria: Acima de 500 funcionários

• Instituto Great Place To Work e Jornal O Popular

- As Melhores Empresas para Trabalhar no Centro-Oeste - 1º lugar

Categoria Médias

• Instituto Great Place To Work e Revista Época

- As Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil - 1º lugar

Categoria: Médias Nacionais

• Guia Você S/A - As 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar.

- As Melhores Empresas para Você Trabalhar - 1º lugar

Categoria: Setor Indústria Diversas

• 20º Top Of Mind de RH

- Categoria: empresa com práticas reconhecidas em Gestão Ambiental e Sustentabilidade

1º lugar

- Categoria: Dirigente de RH

Top 5

• Valor Carreira

- As melhores na Gestão de Pessoas

Categoria: 401 a 500 funcionários - 3º Lugar

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da SAMA em 2017; e confiamos no comprometimento e dedicação constante como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

Minaçu, 19 julho de 2018.

A Diretoria

Balancos Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	382	258	386	265
Aplicações financeiras	5	3.118	62	3.264	122
Contas a receber	6	73.688	57.012	73.688	57.012
Estoques	7	24.616	43.571	24.616	43.571
Impostos a recuperar	8	13.247	4.961	13.314	4.989
Partes relacionadas	10.a	60	19.743	60	19.743
Outros ativos circulantes		5.034	1.401	5.035	1.401
Total do ativo circulante		120.145	127.008	120.363	127.103
Não circulante					
Depósitos judiciais		7.429	4.586	7.447	4.599
Impostos a recuperar	8	108	260	108	260
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.b	15.344	22.508	15.344	22.508
Partes relacionadas	10.a	28.930	31.276	28.930	31.276
Outros ativos não circulantes		616	616	616	654
Investimentos	9	1.420	1.339	-	-
Imobilizado	11	13.421	42.603	13.432	42.614
Intangível		221	971	221	971
Total do ativo não circulante		67.489	104.159	66.098	102.882
TOTAL DO ATIVO		187.634	231.167	186.461	229.985

continua...

...continuação



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Balancos Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	12	5.743	7.579	5.743	7.579
Partes relacionadas	10.a	2.395	338	2.395	338
Empréstimos e financiamentos	13	44.381	48.581	44.381	48.581
Instrumentos financeiros derivativos	25.2	-	304	-	304
Obrigações com pessoal	15	4.748	8.017	4.748	8.017
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	10.a 17.d	1.392	5.600	1.392	5.600
Provisão para benefícios futuros após emprego	17.b	1.944	1.931	1.944	1.931
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	1.712	5.247	1.713	5.260
Outros passivos circulantes		7.213	2.788	7.213	2.788
Total do passivo circulante		69.528	80.385	69.529	80.398
Não circulante					
Partes relacionadas		1.193	1.196	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	43.092	37.367	43.092	37.367
Provisão para benefícios futuros após emprego	17.b	25.078	12.976	25.078	12.976
Provisão para desmobilização da mina	27	19.572	13.878	19.572	13.878
Obrigações com pessoal	14	858	-	858	-
Outros passivos não circulantes		-	-	19	1
Total do passivo não circulante		89.793	65.417	88.619	64.222
Patrimônio líquido					
Capital social	17.a	65.100	65.100	65.100	65.100
Reserva de capital		34	34	34	34
Reservas de lucros		19.530	21.788	19.530	21.788
Outros resultados abrangentes		(14.092)	(1.557)	(14.092)	(1.557)
Prejuízo do exercício		(42.260)	-	(42.260)	-
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		28.312	85.365	28.312	85.365
Participação dos acionistas não controladores		1	-	1	-
Total do patrimônio líquido		28.313	85.365	28.313	85.365
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		187.634	231.167	186.461	229.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	20	203.882	309.513	203.882	309.513
Custos dos produtos vendidos	21	(132.795)	(181.260)	(132.795)	(181.260)
Lucro bruto		71.087	128.253	71.087	128.253
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	21	(24.915)	(29.059)	(24.915)	(29.059)
Gerais e administrativas	21	(44.456)	(43.691)	(44.470)	(43.763)
Remuneração da administração	10.b/21	-	(1.470)	-	(1.470)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(6.257)	419	(6.254)	179
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	28	(22.196)	-	(22.196)	-
Resultado da equivalência patrimonial	9	81	(159)	-	-
Total das receitas (despesas) operacionais		(97.743)	(73.960)	(97.835)	(74.113)
Despesas financeiras	23	(20.674)	(38.505)	(20.567)	(38.458)
Receitas financeiras	23	16.802	22.400	16.813	22.529
Resultado financeiro líquido		(3.872)	(16.105)	(3.754)	(15.929)
(Prejuízo)/Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(30.528)	38.188	(30.502)	38.211
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	18.a	(1.813)	(13.242)	(1.839)	(13.265)
Diferidos	18.a	(7.164)	2.056	(7.164)	2.056
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(39.505)	27.002	(39.505)	27.002
Atribuível a:					
Acionistas controladores		(39.505)	27.002	(39.505)	27.002
Acionistas não controladores		-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		(39.505)	27.002	(39.505)	27.002
Prejuízo líquido por ação, básico e diluído - R\$	20	(1,13)	0,77	(1,13)	0,77

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	(39.505)	27.002	(39.505)	27.002
Outros resultados abrangentes				
(Perda)/Ganho líquido na atualização do plano de benefício definido	(12.535)	(643)	(12.535)	(643)
Efeito de imposto de renda e contribuição social	-	219	-	219
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	(12.535)	(424)	(12.535)	(424)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(52.040)	26.578	(52.040)	26.578
Atribuível a:				
Acionistas controladores	(52.040)	26.578	(52.040)	26.578
Acionistas não controladores	-	-	-	-
Total	(52.040)	26.578	(52.040)	26.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

...continuação



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
				Estatutária	Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 01 de janeiro de 2016		65.100	34	13.020	6.510	8.269	-	(1.133)	91.800
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	27.002	-	27.002
Constituição de reservas		-	-	-	-	2.257	(2.257)	-	-
Ganho/(perda) na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	(424)	(424)
Destinação do lucro líquido:									
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,1917 por ação em circulação		-	-	-	-	-	(6.680)	-	(6.680)
Dividendos - R\$ 0,5184 por ação em circulação		-	-	-	-	(8.268)	(18.065)	-	(26.333)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		65.100	34	13.020	6.510	2.258	-	(1.557)	85.365
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	(39.505)	-	(39.505)
Constituição de reservas		-	-	-	-	(2.258)	-	-	(2.258)
Ganho/(perda) na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	(12.535)	(12.535)
Destinação do lucro líquido:									
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,1917 por ação em circulação	17.d	-	-	-	-	-	(2.755)	-	(2.755)
Dividendos - R\$ 0,5184 por ação em circulação	17.c	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		65.100	34	13.020	6.510	-	(42.260)	(14.092)	28.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(30.528)	38.188	(30.502)	38.211
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	9	(81)	159	-	-
Depreciação e amortização	21	12.676	14.612	12.676	14.616
Resultado na baixa de ativo imobilizado	22	-	(17)	-	(17)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	7.123	5.107	7.123	5.107
Provisão desmobilização da mina	27	5.694	1.261	5.694	1.261
Baixa de depósitos judiciais		760	-	760	-
Perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber		3	-	3	-
Provisão para reestruturação		7.291	-	7.291	-
Provisão para benefícios pós-emprego	16b	2.764	(475)	2.764	(475)
Provisões diversas		-	(197)	-	(196)
Perda estimada para redução ao valor recuperável		22.196	-	22.196	-
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido	7	3.855	314	3.855	314
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		4.959	896	4.959	890
Rendimento de aplicações financeiras		(103)	(302)	(113)	(433)
Variação líquida das despesas antecipadas		511	608	511	608
		37.120	60.154	37.217	59.886
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(14.507)	23.192	(14.507)	23.192
Partes relacionadas a receber	10a	19.683	(11.209)	19.683	(11.209)
Estoques	7	15.100	12.826	15.100	12.826
Impostos a recuperar		(5.171)	(2.339)	(5.171)	(2.339)
Depósitos judiciais		(5.000)	(482)	(5.006)	(491)
Outros ativos		(4.108)	335	(4.108)	335
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	12	(2.336)	(1.618)	(2.336)	(1.618)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(2.141)	(5.895)	(2.141)	(5.895)
Partes relacionadas a pagar	10a	2.030	(925)	2.030	(925)
Obrigações com pessoal	14	(2.394)	(2.126)	(2.394)	(2.126)
Pagamento dividendos e juros sobre capital próprio	10a	8.754	-	8.754	-
Benefícios pós-emprego	16d	(3.184)	(2.140)	(3.184)	(2.140)
Gastos com reestruturação		(7.291)	-	(7.291)	-
Outros passivos		4.925	(490)	4.925	(491)
Juros pagos		(3.282)	(3.266)	(3.282)	(3.266)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.251)	(10.309)	(6.275)	(10.331)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		14.439	55.708	14.506	55.408
Fluxos de caixa das atividades de investimento:					
Recebimento pela venda de imobilizado	22	3	37	3	37
Adições ao ativo imobilizado e intangível		(4.943)	(4.675)	(4.943)	(4.675)
Aplicações financeiras de curto prazo		(28.566)	(77.137)	(28.636)	(77.137)
Resgates de aplicações financeiras de curto prazo		25.602	81.713	25.602	83.207
Mútuo com empresas ligadas a receber		4.855	-	4.855	-
Caixa líquido (proveniente das) gerado pelas atividades de investimento		(3.049)	(62)	3.119	1.432

continua...

...continuação



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:					
Captação de empréstimo e financiamentos		116.487	56.505	116.487	56.505
Amortização de empréstimos e financiamentos		(127.753)	(77.324)	(127.753)	(77.324)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		-	(35.991)	-	(35.991)
Mútuo com empresa ligada a pagar		-	1.190	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(11.266)	(55.620)	(11.266)	(56.810)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		124	26	121	30
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	4	258	232	265	235
No fim do exercício	4	382	258	386	265
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		124	26	121	30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SAMA S.A. - Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), incorporada no Brasil, na cidade de Minaçu, Estado de Goiás, constituída em 10 de agosto de 1966, é uma companhia de capital fechado, sendo sua controladora a Eternit S.A., uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3.

A Companhia tem como objeto social a pesquisa e lavra de jazidas e minas, podendo, ainda, explorar outros produtos minerais, o gerenciamento e a disposição de resíduos de fibrocimento, podendo, igualmente, participar em outras sociedades.

A Companhia é controladora da empresa Engedis Distribuição Ltda. ("Engedis"), localizada em Minaçu no Estado de Goiás, com participação e capital volante detidos de 99,94% e esta não possui atividade econômica.

A Companhia está capacitada com tecnologias que permitem a polivalência na extração e no beneficiamento do minério crisotila, o qual é comercializado para os mercados interno e externo.

1.1. Recuperação judicial

Em 19 de março de 2018, conforme divulgado por meio de Fato Relevante, a Companhia ajuizou, em conjunto com suas controladas e controlada em conjunto, Pedido de Recuperação Judicial ("pedido") perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/2005. O pedido, complementa, uma série de medidas administrativas e operacionais que já vinham sendo adotadas pela Companhia e foi aprovado *ad referendum* pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada na mesma data.

O pedido tem o intuito de atender ao melhor interesse de todas as sociedades que integram o Grupo, em especial:

- preservar a continuidade das atividades do Grupo e sua função social, com o cumprimento dos compromissos assumidos com seus clientes;
- preservar, de forma organizada e responsável, os interesses e direitos de seus fornecedores, credores e acionistas; e
- proteger o do caixa Grupo objetivando mitigar riscos operacionais.

O pedido de Recuperação Judicial se deve, principalmente:

- a persistente deterioração dos fundamentos da economia, que afetaram drasticamente os setores de construção civil e louças sanitárias, justamente os mercados atendidos pelo Grupo;
- as discussões legais acerca da extração, industrialização, utilização, comercialização, transporte e exportação do amianto, que vêm impactando as operações do Grupo e limitando o acesso do Grupo à concessão de novas linhas de crédito; e
- a queda na demanda e nos preços de venda do amianto, nos mercados nacional e internacional, reduzindo a rentabilidade.

O pedido foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 11 de abril de 2018 e deferido pela Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo em 16 de abril de 2018. As informações referentes ao processo estão disponíveis no *website* da CVM e de relações com investidores da Eternit.

Questão jurídica do amianto:

É importante esclarecer que a questão jurídica referente as Leis Estaduais e Federal que regulam a atividade do amianto crisotila no Brasil tramitam perante o Supremo Tribunal Federal ("STF") desde 2001, sendo que não houve decisões da Suprema Corte para as Ações Diretas de Inconstitucionalidade ("ADIs") que pudesse afetar a continuidade das operações da controlada SAMA em exercícios anteriores.

O STF retomou o julgamento, em agosto de 2017, das ADIs nº 4066 e 3937 sobre a legalidade do uso do amianto crisotila no Brasil. No referido julgamento, a Lei Federal não foi considerada inconstitucional. Já a Lei do Estado de São Paulo foi declarada sua constitucionalidade com a proibição do uso do amianto nesses Estados.

Dada a divergência de interpretações na mídia sobre o resultado do julgamento do STF nas ADIs nº 4066 e 3937 a Companhia esclareceu, em comunicado ao mercado divulgado em 25 de agosto de 2017, que a proibição do uso do amianto

só tem efeito no Estado de São Paulo e não em todo o território nacional. Desta forma, a referida decisão não causou nenhum impacto nas operações da Companhia, inclusive nas demonstrações financeiras para o período findo em 30.09.2017, pois a SAMA já cumpre a Lei nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso do amianto neste território. Para os demais Estados da Federação, as atividades permanecem normais, de acordo com a legislação vigente.

Em 29 de novembro de 2017, o plenário do STF julgou a ADI que tinha por objeto a constitucionalidade da Lei do Estado do Rio de Janeiro. Nesta sessão, o STF julgou a Lei constitucional e também declarou incidentalmente inconstitucional o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055/1995 com efeito "erga omnes" e vinculante, ou seja, que se estendem a todos os Estados da Federação tornando a Lei Federal inconstitucional.

Em função da publicação da decisão do julgamento no STF referente a declaração incidental de inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal nº 9.055/1995, a companhia paralisou as atividades, em 5 de dezembro de 2017. Adicionalmente, a SAMA informou que acompanhará eventuais embargos de declaração que poderão ser opostos pela entidade representativa do setor para, posteriormente, se posicionar de forma definitiva sobre a consequência de tal decisão nas atividades da Companhia.

Em 21 de dezembro de 2017, a SAMA informou que foram suspensos os efeitos da decisão de 29 de novembro de 2017 do STF, no que se refere ao efeito "erga omnes". Até a oposição dos embargos de declaração, a decisão valerá apenas nos Estados que proíbem ou vedam o uso do amianto como matéria prima. Diante da decisão de permissão para os demais estados, a Companhia retomou as atividades até que haja a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do referido despacho.

Independente da publicação do acórdão, há uma grande incerteza em relação à proibição definitiva do amianto produzido pela SAMA, pois segundo o STF, a modulação (phase out) seria discutida nos embargos de declaração, que só ocorre após a fluência do prazo após a publicação do acórdão. Alguns países da União Europeia tiveram prazo de 5 (cinco) anos para a substituição do amianto, levando em conta que as reservas minerárias já tinham se exaurido e não tinham demandas pelo produto acabado. Mesmo assim tiveram 5 (cinco) anos e outros países de economias desenvolvidas ainda usam o amianto, como os EUA e Alemanha, além dos países da Ásia que demandam o amianto. Atualmente o consumo mundial de amianto é superior a um milhão de toneladas.

A realidade no Brasil é bem diferente, a jazida de amianto, cuja concessão foi cedida pelos Governos Federal e Estadual à SAMA tem reserva minerária conhecida e prospectada para mais de 35 (trinta e cinco) anos, de acordo com o atual nível de extração. A Administração considera como melhor estimativa contábil o mesmo prazo que os países da União Europeia tiveram para que sua controlada SAMA continue operando e destinando toda sua produção à exportação, principalmente, para países da Ásia.

Até a divulgação destas demonstrações financeiras o referido acórdão não foi publicado, portanto, seguem normalmente as atividades da SAMA.

Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

continua...

...continuação

**SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas para divulgação, pela Administração da Companhia, em 19 de julho de 2018.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

Ressalta-se, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas e controlada em conjunto, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e controlada em conjunto são ajustadas para atender este critério.

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração do Grupo, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla a empresa relacionada na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessa empresa.

A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o resultado financeiro da controlada é reconhecido através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações com a empresa controlada foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a Companhia e a empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados da controlada adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos apresentados consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Aplicações financeiras

Representadas por investimentos temporários que serão mantidos até as suas datas de vencimento, com conversibilidade em caixa em mais de 90 dias da data da aplicação, e estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o valor de mercado ou de realização.

2.6. Contas a receber

São registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas em créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras.

O montante de perdas em créditos de liquidação duvidosa foi estimado com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração do Grupo para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

2.7. Estoque

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda, o qual não excede o valor líquido realizável.

A perda estimada para redução ao valor líquido recuperável considera a provisão para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos.

2.8. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e se os valores puderem ser mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. No exercício de 2017, o Grupo não efetuou capitalização de custos com empréstimos que foram diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos qualificáveis.

2.10. Provisão para benefícios pós-emprego

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos foram revisados e atualizados para o exercício de 2017.

2.10.1. Custos de aposentadoria e benefícios rescisórios

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão de benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada e a avaliação atuarial é realizada ao final do período anual de apresentação de relatório. A remensuração, que inclui ganhos e perdas atuariais, o efeito das mudanças no teto do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), é refletida imediatamente no balanço patrimonial como um encargo ou crédito reconhecido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrem. A remensuração reconhecida em outros resultados abrangentes é refletida imediatamente em lucros acumulados e não será

continua...

...continuação



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

reclassificada para o resultado. O custo de serviços passados é reconhecido no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano. Os juros líquidos são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Os custos de benefícios definidos são classificados como segue:

- Custo de serviços (incluindo custo de serviços correntes, custo de serviços passados e ganhos e perdas sobre reduções e liquidações).
- Despesa ou receita financeira líquida.
- Remensuração.

O Grupo apresenta os dois primeiros componentes de custos de benefícios definidos no resultado na rubrica "Provisão para benefício pós emprego". Ganhos e perdas de redução são contabilizados como custos de serviços passados.

A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o déficit ou excedente real nos planos de benefícios definidos do Grupo. Qualquer excedente resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos.

Um passivo decorrente de um benefício rescisório é reconhecido quando a entidade não consegue mais retirar a oferta do benefício rescisório ou quando a entidade reconhece quaisquer custos de reestruturação relacionados, dos dois o que ocorrer antes.

2.10.2. Benefícios a empregados no curto prazo e outros benefícios a empregados no longo prazo

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de benefícios no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de outros benefícios a longo prazo são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros que se estima que sairão do Grupo referentes aos serviços efetuados pelo empregado até a data de reporte.

2.10.3. Contribuições de empregados ou terceiros a planos de benefícios definidos

Contribuições discricionárias realizadas por empregados ou terceiros reduzem o custo sobre o pagamento dessas contribuições para o plano.

Quando os termos formais dos planos determinam que contribuições serão feitas pelos empregados ou terceiros, a contabilização depende das contribuições estarem relacionadas ao serviço ou não, conforme segue:

- Se as contribuições não estiverem vinculadas ao serviço (por exemplo, é necessário efetuar contribuições para reduzir um déficit resultante de perdas sobre os ativos do plano ou de perdas atuariais), elas afetam a reavaliação do passivo (ativo) associado com o benefício definido líquido.
- Se as contribuições estiverem vinculadas ao serviço, elas reduzem os custos do serviço. Se o valor da contribuição depender do tempo (anos) de serviço, a entidade deve atribuir as contribuições ao período de serviço utilizando o método de atribuição exigido no parágrafo 70 da IAS 19 (para os benefícios brutos). Se o valor da contribuição for independente do tempo (anos) de serviço, a entidade pode reduzir o custo do serviço no período em que o serviço relacionado é prestado, ou reduzir o custo do serviço, atribuindo as contribuições ao período de serviço do empregado.

2.11. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a Lei das sociedades anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.12. Subvenção governamental

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas e são reconhecidas sistematicamente na rubrica receita operacional líquida durante os exercícios nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

2.13. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, em função da exclusão de receitas ou adição de despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente nas empresas do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos no final de cada exercício, sobre as diferenças entre as bases

contábil e fiscal dos ativos e passivos incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na taxa de imposto esperada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

2.14. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.15. Receita operacional líquida

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita na venda de produtos é reconhecida quando:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

2.16. Receitas e despesas financeiras

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.17. Moeda estrangeira

Na elaboração da demonstração financeira da empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.18. Instrumentos financeiros

O Grupo opera com instrumentos financeiros com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos. Os valores registrados no ativo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo variações reconhecidas no resultado. Caixa e equivalentes e aplicações financeiras.

continua...

...continuação



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

ii) Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

iii) Custo amortizado

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Em 31 de dezembro de 2017, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais.

2.19. Normas, alterações e interpretações de normas

2.19.1 Normas, alterações e interpretações de normas para exercícios iniciais a partir de 01 de janeiro de 2017:

Resumo dos normativos emitidos ou revisados, cujas alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2017.

Alterações à IAS 7 - Iniciativa de divulgação

Requerimento:

As alterações requerem que a entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos resultantes de atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa.

As alterações são aplicáveis prospectivamente. As entidades não são obrigadas a apresentar informações comparativas para períodos anteriores quando adotam as alterações pela primeira vez.

Impacto nas demonstrações financeiras:

O Grupo revisou suas políticas e estimativas e entendeu que não há afetação nas suas demonstrações contábeis para essa norma.

Alterações à IAS 12 - Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas a realizar

Requerimento:

As perdas a realizar decorrentes de um instrumento de dívida mensurado a valor justo para o qual a base de cálculo permanece determinada ao custo dão origem a diferenças temporárias dedutíveis, independente se o titular do instrumento de dívida espera recuperar o respectivo valor contábil por meio de venda ou uso, ou se for provável que o emissor liquide todos os fluxos de caixa contratuais.

Ao avaliar se lucros tributáveis estarão disponíveis para que a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e quando a legislação tributária restringe a utilização de perdas à dedução de lucros de um tipo específico (por exemplo, perdas de capital somente podem ser compensadas com ganhos de capital), uma entidade avalia a diferença temporária dedutível em conjunto com outras diferenças temporárias dedutíveis daquele tipo, mas separadamente de outros tipos de diferenças temporárias dedutíveis.

A estimativa de lucro tributável futuro provável pode incluir a recuperação de alguns dos ativos da entidade em valor acima do seu valor contábil se houver evidência suficiente de que é provável que a entidade conseguirá fazê-lo.

Ao avaliar a disponibilidade de lucros tributáveis futuros suficientes, uma entidade deve comparar as diferenças temporárias dedutíveis com os lucros tributáveis futuros, eliminando as deduções fiscais resultantes da reversão daquelas diferenças temporárias dedutíveis.

Impacto nas demonstrações financeiras:

O Grupo revisou suas políticas e estimativas e entendeu que não há afetação nas suas demonstrações contábeis para essa norma.

Alterações à IFRS 12 incluídas nas melhorias anuais ao ciclo de IFRS's 2014 - 2016

Requerimento:

As melhorias anuais ao ciclo de IFRS's 2014-2016 incluem alterações em várias IFRS's, estando uma delas em vigor para os períodos anuais iniciados em ou após 01 de janeiro de 2017.

IFRS 1 - Adoção inicial (IFRS's) - Eliminação de isenção de curto prazo para adotantes iniciais;

IAS 28 - Investimentos em Coligadas e Joint Ventures - Avaliação de Joint Venture ao valor justo;

IFRIC 22 - Transações em moedas estrangeiras e adiantamentos - Aborda como deve ser definida a data da transação com o objetivo de determinar a taxa de câmbio aplicável ao reconhecimento inicial do ativo;

IFRS 12 - Divulgação de participação em outras entidades - Esclarecimento que a entidade não necessita divulgar informações financeiras resumidas sobre participação em controladas, coligadas ou Joint Ventures classificadas como mantidas para venda.

Impacto nas demonstrações financeiras:

O Grupo revisou suas políticas e estimativas e entendeu que não há afetação nas suas demonstrações contábeis para as normas em questão. Exceto o IFRIC 22 que está sob avaliação, com vigência a partir de 01/01/2018.

2.19.2 Normas, alterações e interpretações de normas para exercício iniciado a partir de 01 de janeiro de 2018:

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para exercícios contábeis anuais futuros. Embora as IFRS's prevejam a adoção antecipada, no Brasil entes reguladores têm vedado essa antecipação para resguardar aspectos de comparabilidade. Dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as referidas normas não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras:

CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros:

Requerimento:

Tem o objetivo, em última instância, de substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma, além das perdas incorridas será necessário registrar as perdas estimadas.

Foi eliminada a possibilidade da avaliação retrospectiva e da avaliação da eficácia da *hedge accounting* no intervalo entre 80 e 125%, para este último caso deverá a própria entidade avaliar a relação da eficácia do *hedge*. Também fica proibido a interrupção voluntária do *hedge accounting* se o objetivo de gestão de risco se mantiver.

Impacto nas demonstrações financeiras:

O Grupo avaliou os impactos detalhado dos três aspectos do CPC 48 (IFRS 9) em 2017. E essa avaliação toma como base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas. O Grupo não prevê em nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e demonstrações do resultado. Abaixo estão os principais tópicos avaliados:

- Classificação e mensuração: O Grupo continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros que atualmente são mantidos a valor justo e para os ativos avaliados ao custo amortizado tais como contas a receber de clientes foram avaliados as características contratuais e de *riskscoring* de seus contratos;
- Redução ao valor recuperável: O Grupo segregava os ativos financeiros com base em suas características de risco e particularidades operacionais segregando seu contas a receber em construtoras/engenharia, consumidor final e revendedor, o Grupo espera aplicar uma abordagem simplificada e registrar as perdas esperadas em contas a receber de clientes. Além disso considerando os requisitos para cálculo de redução ao valor recuperável estabelecidos pelo CPC 48 (IFRS 9) o Grupo não reconhecia desta norma as perdas esperadas.
- Contabilidade de *hedge*: Considerando os controles atuais mantido pelo Grupo, não há fatores e/ou ajustes relevantes.

CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente:

Requerimento:

A norma substitui o IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações; os principais objetivos são: (i) eliminar inconsistências nos padrões de reconhecimento de receita, fornecendo princípios claros para o registro dos saldos contábeis; (ii) fornece um modelo de reconhecimento de receita único, aprimorando a comparabilidade da informação contábil-financeira; e (iii) simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras. Aplicar-se-á a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro, tendo maior efetividade de alteração nos ramos de telecomunicações e incorporação imobiliária.

Impacto nas demonstrações financeiras:

O grupo avaliou os princípios fundamentais da IFRS 15 onde introduziu um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Determinar o preço da transação;
- Alocar o preço da transação as obrigações de desempenho previstas em contrato;
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

O Grupo reconhece receitas provenientes das seguintes principais fontes:

Exploração e beneficiamento do mineral crisotila, industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios, industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento, industrialização, exportação, comercialização, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Dentro das premissas de 5 passos para reconhecimento da receita o Grupo identificou obrigações de bonificação e multas por descumprimento contratual, que devem compor a receita a partir de 2018, porém não são significativas para o faturamento do Grupo.

continua...

...continuação



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

2.19.3 Normas, alterações e interpretações de normas para exercício iniciado a partir de 01 de janeiro de 2019:

CPC 06 (IFRS 16, IAS 17) - Arrendamento Mercantil:

Requerimento:

A norma altera o entendimento sobre arrendamento mercantil para efetivar o registro como leasing financeiro. E entretanto, a nova norma prevê a facilidade de um registro único sob o modelo de balanço patrimonial. A norma estabelece também os princípios para reconhecimento e mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos. A norma incluiu duas isenções de reconhecimento para arrendatários: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamento de curto prazo (até 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Impacto nas demonstrações financeiras:

O Grupo está em processo de avaliação do impacto da aplicação da IFRS 16/CPC 06(R2) e espera mudanças não relevantes na apresentação de arrendamentos operacionais que passarão a ser reconhecidos no balanço patrimonial a partir de sua vigência.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada exercício das demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.1. Recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

3.2. Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

3.3. Perdas pela não recuperabilidade de ativos

O Grupo realiza testes de recuperação de seus ativos, notadamente de ágio e de outros ativos não circulantes, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxas de crescimento, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico-financeiras de longo prazo. Adicionalmente, as projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia e suas controladas e controlada em conjunto, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Os testes de recuperação destes ativos são realizados anualmente em dezembro, sendo antecipados se eventos ou circunstâncias indiquem a necessidade. O valor presente do fluxo de caixa descontado, ou valor em uso é comparado com o valor contábil desse ativo.

3.4. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

3.5. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pelo Grupo. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma

despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

3.6. Provisão para benefício pós-emprego

O valor atual da provisão para benefício pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 18. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	382	258	386	265
Caixa e bancos	382	258	386	265

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fundos de investimentos	3.118	62	3.264	122

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, remunerados pela taxa média de 102,4% da variação do CDI (106,2% em 2016). São aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), que não possuem prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade da Companhia.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Mercado interno	2.856	11.824
Mercado externo	71.572	46.124
	74.428	57.948
(-) Ajuste a valor presente	(119)	(317)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(621)	(619)
Total	73.688	57.012

As despesas com a provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber, são contabilizadas na companhia de "despesas com vendas".

Composição do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	58.231	48.477	58.231	48.477
Valores vencidos:				
Até 90 dias	15.344	7.136	15.344	7.136
Entre 91 e 180 dias	122	1.266	122	1.266
Entre 181 e 360 dias	110	450	110	450
Acima de 360 dias	621	619	621	619
	74.428	57.948	74.428	57.948
Ajuste a valor presente	(119)	(317)	(119)	(317)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(621)	(619)	(621)	(619)
	73.688	57.012	73.688	57.012

Movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	(619)	(619)	(619)	(619)
Adição	(621)	-	(621)	-
Reversão	116	-	116	-
Baixa	503	-	503	-
Saldo final	(621)	(619)	(621)	(619)

7. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	16.499	32.655
Produtos semi-acabados	4.155	1.230
Materiais auxiliares	8.321	10.190
(-) Perda estimada para redução ao valor realizável líquido (*)	(4.359)	(504)
	24.616	43.571

(*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações dos resultados.

A movimentação da perda estimada para redução ao valor realizável líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, está assim representada:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	(504)	(190)
Provisão	(3.855)	(314)
Saldo final	(4.359)	(504)

continua...

...continuação



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante:				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	472	538	472	278
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) Programa de Integração Social (PIS)	8.279	3.848	8.279	3.848
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	248	-	315	28
IRPJ Antecipado	1.888	-	1.888	-
CSLL Antecipada	670	-	670	-
Outros Impostos	1	-	1	-
Total	13.355	5.221	13.422	5.249
Circulante	13.247	4.961	13.314	4.989
Não circulante	108	260	108	260

9. INVESTIMENTOS

A movimentação do investimento na controlada, apresentado nas demonstrações contábeis individuais, é como segue:

	Total	
Em 1º de janeiro de 2016	1.680	
Recebimento dividendos exercícios anteriores	(182)	
Equivalência patrimonial	(159)	
Em 31 de dezembro de 2016	1.339	
Equivalência patrimonial	81	
Em 31 de dezembro de 2017	1.420	

Demonstramos abaixo os saldos da empresa controlada Engedis:

	2017	2016
Ativo	1.440	1.354
Passivo	20	15
Patrimônio líquido	1.420	1.339
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	81	(159)

10. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Eternit S.A.	28.990	(3.735)	50.851	(5.928)	-	-	-	-
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	(46)	168	-	-	-	-	-
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	(6)	-	(10)	-	-	-	-
Engedis Distribuições e Serviços Ltda.	-	(1.193)	-	(1.196)	-	-	-	-
Total em partes relacionadas	28.990	(4.980)	51.019	(7.134)	-	-	-	-
Circulante	60	(3.787)	19.743	(5.938)	-	-	-	-
Não Circulante	28.930	(1.193)	31.276	(1.196)	-	-	-	-

	Contas a receber (i)		Notas débito (ii)		Dividendos		Juros sobre o capital próprio		Adiantamento à fornecedores		Mútuo (iii)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo												
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	168	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eternit S.A.	12	19.539	48	36	-	-	-	-	-	-	28.930	31.276
Total	12	19.707	48	36	-	-	-	-	-	-	28.930	31.276

	Fornecedores (i)		Dividendos		Juros sobre o capital próprio		Aluguéis		Adiantamento de clientes		Mútuo (iii)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivo												
Eternit S.A.	(1.317)	(328)	-	(4.178)	(1.392)	(1.422)	-	-	-	-	-	-
Engedis Distribuição e Serviços Ltda.	-	-	-	-	-	-	(26)	(24)	-	-	(1.193)	(1.196)
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	(46)	-	(1.026)	-
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	(6)	(10)	-	-	-	-
Total	(1.317)	(328)	-	(4.178)	(1.392)	(1.422)	(32)	(34)	(46)	-	(2.219)	(1.196)

(i) Os saldos de compras e vendas referem-se basicamente a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila e fibra sintética) e/ou produtos acabados e prestação de serviços e/ou contratos de locação, eliminados nas informações contábeis consolidadas da Companhia. O empreendimento controlado em conjunto, que tem consolidação por equivalência patrimonial, não é eliminado no consolidado.

(ii) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas sem vencimento predeterminado.

(iii) Referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, IRRF e variação de 100% e 122% do CDI, com prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.

	Vendas		Compras		Despesas Administrativas		Juros sobre mútuo despesa		Juros sobre mútuo receita		JCP receita	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado Controladas												
Precon Goiás Engedis Distribuição e Serviços Ltda.	10.211	14.658	-	-	(68)	-	-	-	-	-	-	-
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	(93)	(172)	-	-	-	-	-	-
Eternit S.A.	30.180	67.734	(25)	(40)	-	-	(33)	-	2.951	4.903	-	-
Total	40.391	82.392	(25)	(40)	(161)	(172)	(146)	(48)	2.951	4.903	-	-

continua...

...continuação



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

As transações de vendas entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia pagou e provisionou a seus administradores benefícios de curto e longo prazo, salários e remuneração variável, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários, honorários e benefícios	539	986	539	986
Encargos sociais	139	344	139	344
Participação nos lucros - PLRE	-	140	-	140
Indenizações	2.432	-	2.432	-
	<u>3.110</u>	<u>1.470</u>	<u>3.110</u>	<u>1.470</u>
Provisão de bônus e encargos sobre bônus	2.111	-	2.111	-
	<u>5.221</u>	<u>1.470</u>	<u>5.221</u>	<u>1.470</u>

A remuneração variável da Diretoria é composta por uma parte a curto prazo e outra a longo prazo, de acordo com o atingimento de metas e resultados definidos pelo Conselho de Administração.

O bônus de incentivo anual, curto prazo, é calculado sobre a remuneração de dezembro do respectivo ano e pago ao diretor em parcela única, após apuração das metas e resultados e aprovação dos resultados do exercício na Assembleia Geral Ordinária.

O bônus de incentivo trienal, longo prazo, será devido e apurado anualmente, com base na remuneração de dezembro do ano da apuração do diretor e de acordo com as metas definidas em documentos próprios, pago após o 3º ano a sua apuração e aprovação dos Resultados do exercício em Assembleia Geral Ordinária.

No 3º ano da sua apuração, 50% do valor líquido recebido a título de bônus trienal (líquido de imposto e contribuição previdenciária), deverá ser utilizado para aquisição de ações da empresa, através de uma corretora de mercado, devendo o diretor comprovar a aquisição das ações no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data em que efetivado o pagamento do bônus pertinente, ficando vedado dispor das mesmas ações pelo prazo de 1 (um) ano a contar da data da respectiva aquisição.

Não ocorrendo o atingimento das metas e resultados definidos, não haverá pagamento destes bônus, e em caso de não atingimento integral e dentro do mínimo estabelecido o pagamento será proporcional ao resultado atingido.

Esta prática faz com que os Diretores compartilhem os riscos e os resultados com a Companhia, permitindo assim um maior alinhamento de interesses entre os executivos e acionistas.

11. IMOBILIZADO

	Controladora												
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	Veículos fora-de-estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Desmobilização da mina	Obras de contenção na mina	Imobilizações em andamento	Total
Custo													
Saldos em 01 de janeiro de 2016	560	14.879	41.321	30.713	143.777	17.400	1.716	7.098	2.629	5.779	13.387	511	279.770
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.408	4.408
Baixas	-	-	(124)	-	-	(25)	-	(86)	(6)	-	-	-	(241)
Transferências	-	74	910	146	2.768	-	-	70	74	805	-	(4.847)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	560	14.953	42.107	30.859	146.545	17.375	1.716	7.082	2.697	6.583	13.387	72	283.936
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.306	-	418	4.724
Baixas	-	-	(72)	-	-	(1)	-	(33)	(6)	-	-	-	(112)
Transferências	-	-	98	-	310	4	-	48	30	-	-	(490)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	560	14.953	42.133	30.859	146.855	17.378	1.716	7.097	2.721	10.889	13.387	-	288.548
Taxas médias de depreciação	-	2,9%	8,6%	28,4%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	-
Depreciação e exaustão													
Saldos em 01 de janeiro de 2016	-	(11.250)	(35.381)	(27.809)	(122.014)	(16.209)	(1.671)	(4.126)	(2.139)	(1.782)	(5.083)	-	(227.464)
Adições	-	(436)	(2.058)	(2.244)	(7.154)	(348)	(45)	(520)	(199)	(263)	(823)	-	(14.090)
Baixas	-	-	116	-	-	25	-	73	6	-	-	-	220
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(11.686)	(37.322)	(30.053)	(129.168)	(16.532)	(1.716)	(4.573)	(2.332)	(2.046)	(5.906)	-	(241.334)
Adições	-	(436)	(2.002)	(806)	(6.887)	(345)	-	(506)	(163)	(263)	(822)	-	(12.230)
Baixas	-	-	72	-	-	1	-	32	3	-	-	-	108
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(12.122)	(39.252)	(30.859)	(136.055)	(16.876)	(1.716)	(5.047)	(2.492)	(2.309)	(6.728)	-	(253.456)
Impairment													
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda por teste de recuperabilidade de ativos	(595)	(1.742)	(2.299)	-	(7.181)	(298)	-	(1.603)	-	(3.007)	(4.946)	-	(21.671)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(595)	(1.742)	(2.299)	-	(7.181)	(298)	-	(1.603)	-	(3.007)	(4.946)	-	(21.671)
Valor residual													
Em 01 de janeiro de 2016	560	3.629	5.940	2.904	21.763	1.191	45	2.972	490	3.997	8.304	511	52.306
Em 31 de dezembro de 2016	560	3.267	4.784	806	17.377	843	-	2.509	365	4.539	7.481	72	42.603
Em 31 de dezembro de 2017	(35)	1.089	582	-	3.619	204	-	447	229	5.573	1.713	-	13.421

continua...

...continuação



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

												Consolidado	
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	Veículos fora-de-estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Desmobilização da mina	Obras de contenção na mina	Imobilizações em andamento	Total
Custo													
Saldos em 01 de janeiro de 2016	571	14.991	41.322	30.713	143.938	17.400	1.716	7.099	2.629	5.779	13.387	511	280.056
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.408	4.408
Baixas	-	-	(124)	-	-	(25)	-	(86)	(6)	-	-	-	(241)
Transferências	-	74	910	146	2.768	-	-	70	74	805	-	(4.847)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	571	15.065	42.108	30.859	146.706	17.375	1.716	7.083	2.697	6.583	13.387	72	284.222
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.306	-	418	4.724
Baixas	-	-	(72)	-	-	(1)	-	(33)	(6)	-	-	-	(112)
Transferências	-	-	98	-	310	4	-	48	30	-	-	(490)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	571	15.065	42.134	30.859	147.016	17.378	1.716	7.098	2.721	10.889	13.387	-	288.834
Taxa média de depreciação	-	2,9%	8,6%	28,4%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	-
Depreciação e exaustão													
Saldos em 01 de janeiro de 2016	-	(11.362)	(35.381)	(27.809)	(122.176)	(16.209)	(1.671)	(4.126)	(2.139)	(1.782)	(5.083)	-	(227.738)
Adições	-	(436)	(2.058)	(2.244)	(7.155)	(348)	(45)	(520)	(199)	(263)	(823)	-	(14.091)
Baixas	-	-	116	-	-	25	-	73	6	-	-	-	220
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(11.798)	(37.322)	(30.053)	(129.331)	(16.532)	(1.716)	(4.573)	(2.332)	(2.046)	(5.906)	-	(241.609)
Adições	-	(436)	(2.002)	(806)	(6.887)	(345)	-	(506)	(163)	(263)	(822)	-	(12.230)
Baixas	-	-	72	-	-	1	-	32	3	-	-	-	108
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(12.234)	(39.252)	(30.859)	(136.218)	(16.876)	(1.716)	(5.047)	(2.492)	(2.309)	(6.728)	-	(253.731)
Impairment													
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda por teste de recuperabilidade de ativos	(595)	(1.742)	(2.299)	-	(7.181)	(298)	-	(1.603)	-	(3.007)	(4.946)	-	(21.671)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(595)	(1.742)	(2.299)	-	(7.181)	(298)	-	(1.603)	-	(3.007)	(4.946)	-	(21.671)
Valor residual													
Em 01 de janeiro de 2016	571	3.629	5.941	2.904	21.762	1.191	45	2.973	490	3.997	8.304	511	52.318
Em 31 de dezembro de 2016	571	3.267	4.785	806	17.375	843	-	2.510	365	4.539	7.481	72	42.614
Em 31 de dezembro de 2017	(24)	1.089	583	-	3.617	204	-	448	229	5.573	1.713	-	13.432
Eventuais bens do ativo imobilizado dados em garantia, estão divulgados conforme nota explicativa nº 26.													
Em razão de processos judiciais, a Companhia ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado (máquinas e equipamentos) no valor de custo de R\$ 2.150 (R\$ 2.150 em 31 de dezembro de 2016).													
Perda por redução ao valor recuperável - teste de impairment													
Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo fez a revisão do valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa "UGC". A revisão efetuada com base no cálculo do valor em uso, resultou no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 22.196 na controladora, reconhecidas no resultado do exercício na rubrica "Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para reestruturação".													
As premissas utilizadas no cálculo do valor em uso estão divulgadas conforme nota explicativa nº 22 - Perda por redução ao valor recuperável.													
12. INTANGÍVEL													
											Controladora		
											Software	Software em andamento	Total
Custo													
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.717											-	5.717
Adições	-											267	267
Transferência	267											(267)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.984											-	5.984
Adições	-											219	219
Baixas	-											-	-
Transferência	219											(219)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.203											-	6.203
Vida útil (em anos)	5											-	-
											Controladora		
											Software	Software em andamento	Total
Custo													
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.738											-	5.738
Adições	-											267	267
Baixa	-											-	-
Transferências	267											(267)	-
continua...													

...continuação



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

	Software	Software em andamento	Total	Software	Software em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.005	-	6.005			
Adições	-	219	219			
Baixas	-	-	-			
Transferências	219	(219)	-			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.224	-	6.224			
Vida útil (em anos)	5	-	-			
Amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(4.509)	-	(4.509)			
Adições	(525)	-	(525)			
Baixas	-	-	-			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(5.034)	-	(5.034)			
Adições	(444)	-	(444)			
Baixas	-	-	-			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(5.478)	-	(5.478)			

	Software	Software em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-
Perda teste de recuperabilidade de ativos	(525)	-	(525)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(525)	-	(525)
Valor residual			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	971	-	971
Saldo em 31 de dezembro de 2017	221	-	221

13. FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Mercado interno	5.033	7.371
Mercado externo	710	208
	5.743	7.579

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Encargos financeiros	31/12/2017			31/12/2016		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional							
Para aquisição de máquinas e equipamentos	1,14% a 10% a.a.+ TJLP	-	-	-	376	-	376
Para capital de giro NCE	De 123,40% a 125,00% do CDI	10.614	-	10.614	21.091	-	21.091
Total moeda nacional		10.614	-	10.614	21.467	-	21.467
Moeda estrangeira							
Para capital de giro NCE (Nota de crédito exportação)	118,00% do CDI	-	-	-	15.562	-	15.562
Para capital de giro ACE (Adiantamento de contrato de exportação)	2,80% e 4,22% a.a. + V.C. US\$	33.767	-	33.767	11.552	-	11.552
Total moeda estrangeira		33.767	-	33.767	27.114	-	27.114
		44.381	-	44.381	48.581	-	48.581

(*) Em 31 de dezembro de 2017, não existia saldos corridos pela SELIC e TJLP.

A Companhia não possui cláusulas restritivas financeiras em seus contratos de empréstimos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas restritivas não financeiras.

Eventuais garantias estão divulgadas na nota explicativa 26.

15. OBRIGAÇÃO COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Férias	1.979	3.741	1.979	3.741				
Participação nos lucros e resultados	548	2.660	548	2.660				
Bônus	2.111	-	2.111	-				
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	161	291	161	291				
Instituto nacional do seguro social - INSS	532	874	532	874				
Salário educação	41	65	41	65				
Previdência privada	231	379	231	379				
Contribuição Sindical	3	7	3	7				
	5.606	8.017	5.606	8.017				
Circulante	5.606	8.017	5.606	8.017				

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	134	-	144
Programa de integração social - PIS	-	29	-	31
Impostos de renda retido na fonte-IRRF	275	718	275	718
Contribuição Financeira de compensação de recursos minerais	983	885	983	885
Outros	141	246	141	246
Total	1.712	5.247	1.713	5.260

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante:				
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda pessoa jurídica-IRPJ	-	1.831	-	1.831
Contribuição social sobre lucro líquido-CSLL	-	300	1	301
Demais tributos				
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços - ICMS	313	1.104	313	1.104

17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

a) Benefícios futuros de saúde

A Companhia, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos foram revisados e atualizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(i) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa anual de juro atuarial real	5,13%	6,17%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,80%	3,80%
Taxa anual de inflação projetada	4,40%	5,15%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

continua...

...continuação


SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

(ii) Passivo de plano de benefício pós-emprego

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	1.944	1.931	1.944	1.931
Não circulante	25.078	12.976	25.078	12.976
	<u>27.022</u>	<u>14.907</u>	<u>27.022</u>	<u>14.907</u>

(iii) A despesa com o benefício foi registrada na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no resultado do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos juros e serviços corrente	1.510	1.665	1.510	1.665
Benefícios pagos	(1.931)	(2.140)	(1.931)	(2.140)
Resultado líquido com benefício	<u>(421)</u>	<u>(475)</u>	<u>(421)</u>	<u>(475)</u>

b) Mudanças nas obrigações de benefícios e seus valores presentes definidos do plano em 2017:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Em 1 de janeiro de 2017	14.907	14.907	9.598	9.598
Custo dos juros e serviços do exercício	1.511	1.511	1.510	1.510
Benefícios pagos	(1.931)	(1.931)	(1.931)	(1.931)
Ajustes de experiência	12.535	12.535	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	<u>27.022</u>	<u>27.022</u>	<u>9.177</u>	<u>9.177</u>

c) Análise de sensibilidade:

Controladora	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento 1%	Redução 1%	Real	Aumento 1%	Redução 1%
Impacto na obrigação com benefício líquida	27.022	(4.359)	5.197	27.022	5.116	(4.300)
Varição		<u>(16,13%)</u>	<u>19,23%</u>		<u>18,93%</u>	<u>(15,91%)</u>

Consolidado	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento 1%	Redução 1%	Real	Aumento 1%	Redução 1%
Impacto na obrigação com benefício líquida	27.022	(4.359)	5.197	27.022	5.116	(4.300)
Varição		<u>(16,13%)</u>	<u>19,23%</u>		<u>18,93%</u>	<u>(15,91%)</u>

d) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Dentro dos próximos 12 meses	1.944	1.931	1.944	1.931
Entre 2 e 5 anos	7.653	4.630	7.653	4.630
Entre 5 e 10 anos	8.467	3.821	8.467	3.821
Após 10 anos	8.958	4.525	8.958	4.525
	<u>27.022</u>	<u>14.907</u>	<u>27.022</u>	<u>14.907</u>

e) Plano de suplementação de aposentadoria:

A Companhia mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida. Não existe necessidade de complemento à provisão registrada em 31 de dezembro de 2017.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a companhia e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contribuições efetuadas no exercício findo:	<u>1.294</u>	<u>2.038</u>	<u>1.294</u>	<u>2.038</u>

18. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento de clientes	47	-	47	-
Comissões mercado externo	1.018	74	1.018	74
Fretes a pagar	2.845	592	2.845	592
Outras contas a pagar	3.303	2.122	3.303	2.122
	<u>7.213</u>	<u>2.788</u>	<u>7.213</u>	<u>2.788</u>

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia está totalmente integralizado, no valor de R\$ 65.100, representado por 34.847.445 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Composição acionária	31/12/2017		31/12/2016	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas jurídicas	2	34.847.445	2	34.847.445

b) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas controlador	<u>(39.505)</u>	<u>27.002</u>
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias	<u>34.847.445</u>	<u>34.847.445</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$	<u>(1,13)</u>	<u>0,77</u>

c) Dividendos

Estatuto Social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços anuais, semestrais ou intermediários.

Evento	Início de pagamento		Valor total		Valor por ação - R\$	
AGE de 31/03/17	12/04/17		1.910		0,0548	
Total			<u>1.910</u>			

d) Juros sobre o capital próprio

A Administração da Companhia poderá deliberar distribuição de resultado na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente.

Os juros sobre o capital próprio propostos ou pagos durante o exercício foram:

Evento	Início de pagamento		Valor total		Valor por ação - R\$	
AGE de 31/03/17	12/04/17		1.464		0,0420	
AGE de 30/06/17	31/01/18		1.637		0,0470	
Total			<u>3.101</u>			

Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2017, representam:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Juros sobre capital próprio	1.392	1.422
Dividendos	-	4.178
	<u>1.392</u>	<u>5.600</u>

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(30.528)	38.188	(30.502)	38.211
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	<u>10.380</u>	<u>(12.984)</u>	<u>10.371</u>	<u>(12.992)</u>

continua...

...continuação



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva decorrentes de diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	28	(54)	-	-
Juros sobre o capital próprio	1.054	2.271	1.054	2.271
Doações e brindes	(208)	(629)	(208)	(629)
Provisão PIS e Cofins (receitas financeiras)	(15)	(181)	(15)	(181)
Resultado operação swap	-	(265)	-	(265)
Provisão perda recuperabilidade de ativos	(7.547)	-	(7.547)	-
Provisão despesas de embarques	(1.246)	-	(1.246)	-
Provisão perda materiais obsoletos	(1.311)	-	(1.311)	-
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como impostos diferidos	(13.664)	-	(13.664)	-
Outras (adições) exclusões líquidas	3.552	656	3.563	587
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(8.977)	11.186	(9.003)	(11.209)
Taxa Efetiva	29,40%	29,30%	29,50%	29,30%

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.813)	(13.242)	(1.839)	(13.265)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.164)	2.056	(7.164)	2.056
	(8.977)	(11.186)	(9.003)	(11.209)

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo em 01 de janeiro de 2016	20.233	20.233
Constituição das diferenças temporárias	59.897	59.897
Reversão diferenças temporárias	(57.622)	(57.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	22.508	22.508
Constituição das diferenças temporárias	1.279	1.279
Reversão diferenças temporárias	(8.443)	(8.443)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	15.344	15.344

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para benefícios futuros a pós-emprego	4.412	5.068
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.994	10.763
Provisão para perdas no recebimento de créditos	-	210
Provisão para participação nos lucros e resultados	-	904
Mercadorias não embarcadas	-	821
Provisão desmobilização da mina	2.480	2.480
Provisão ajuste valor presente clientes/fornecedores	-	108
Provisão perdas ações Eletrobrás	263	263
Provisão Perdas MPP	-	661
Provisão PIS e Cofins (receitas financeiras)	-	181
Provisão perdas materiais obsoletos	171	-
Resultado operação swap	-	265
Outras provisões	24	784
Total	15.344	22.508

b) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo circulante e não circulante, referente aos impostos e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, será realizado conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
2018	957	-
2019	1.097	3.360
2020	1.130	1.493
2021 a 2027	12.160	17.655
Total	15.344	22.508

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2017, pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais a Companhia não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido da Companhia e a despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Processos trabalhistas (i)	14.480	9.768
Processos cíveis	6.205	6.156
Processos tributários (ii)	22.407	21.443
Total	43.092	37.367

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	7.952	5.496	18.812	32.260
Adições	1.816	660	2.631	5.107
Saldos em 31 de dezembro de 2016	9.768	6.156	21.443	37.367
Adições	4.757	49	964	5.770
Reversões	(45)	-	-	(45)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	14.480	6.205	22.407	43.092

i) Na área trabalhista e cível as principais provisões englobam:

a) Indenizações que englobam dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra (ii) adicional noturno, (iii) adicional de insalubridade e periculosidade (iv) verbas rescisórias entre outras.

ii) Na área tributária as principais provisões englobam:

a) Discussões referente a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

b) Discussões referentes a imposto de renda e contribuição social.

c) Discussões referentes a créditos de ICMS sobre óleo diesel utilizado no processo transporte de rochas para extração do produto final (Amianto).

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível:

Em 31 de dezembro de 2017, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra a Companhia, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R\$ 755 (R\$ 755 em 31 de dezembro de 2016), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra a Companhia as seguintes ações, cujas probabilidades de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis e os valores não são mensuráveis até a presente data:

a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas, cujo valor do pedido das ações montam em R\$ 50.000. A Ação civil pública referente à saúde foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$ 500 milhões à título de danos morais coletivos entre outros. A Companhia apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, que se encontra pendente de julgamento. A ação de natureza ambiental ainda não foi julgada.

continua...



...continuação



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

b) Ação civil pública consumerista no Estado do Rio de Janeiro e outra no Estado de Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados.

c) Ação de improbidade administrativa relacionada à compensação financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, cujo valor monta em R\$ 38.795, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza, no valor de R\$ 13.729.

d) Ação civil pública e uma Ação popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da Companhia.

e) Partes da decisão julgada em segunda instância do processo mencionado no item "d", desta nota foi considerada como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia.

A Companhia efetua depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de vendas de produtos	227.715	364.205
Impostos incidentes sobre as vendas	(23.833)	(54.692)
Receita operacional líquida	<u>203.882</u>	<u>309.513</u>

23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou as demonstrações dos resultados utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas nas demonstrações dos resultados, são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos produtos vendidos	(132.795)	(181.260)	(132.795)	(181.260)
Despesas com vendas	(24.915)	(29.059)	(24.915)	(29.059)
Despesas gerais e administrativas	(44.456)	(43.691)	(44.470)	(43.763)
Remuneração da administração	-	(1.470)	-	(1.470)
Matéria-prima consumida	(14.554)	(20.336)	(14.554)	(20.336)
Despesas com pessoal e encargos	(59.711)	(60.844)	(59.711)	(60.844)
Materiais, energia elétrica e serviços	(32.401)	(49.311)	(32.401)	(49.311)
Despesas de vendas variáveis	(24.293)	(26.838)	(24.293)	(26.838)
Depreciação e amortização	(12.677)	(14.612)	(12.677)	(14.616)
Serviços de terceiros	(40.788)	(65.076)	(40.802)	(65.143)
Comissões sobre vendas	(1.659)	(847)	(1.659)	(847)
Contribuição para entidades de classe	(1.247)	(2567)	(1.247)	(2567)
Propaganda e publicidade	(235)	(1.210)	(235)	(1.210)
Impostos e taxas	(981)	(1.210)	(981)	(1.210)
Participação nos resultados	146	(2.669)	146	(2.669)
Conservação e limpeza	(3.528)	(3.502)	(3.528)	(3.502)
Outras	(10.238)	(6.458)	(10.238)	(6.459)
	<u>(202.166)</u>	<u>(255.480)</u>	<u>(202.180)</u>	<u>(255.552)</u>

24. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outras receitas operacionais:				
Receitas eventuais	-	245	-	245
Aluguéis	669	609	701	639
Vendas de bens do imobilizado	3	37	3	37
Outras vendas	90	561	90	561
Créditos Extemporâneos PIS e COFINS	5.154	9.492	5.154	9.492
Outras receitas	14	6	14	6
	<u>5.930</u>	<u>10.950</u>	<u>5.962</u>	<u>10.980</u>
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas	(2.632)	(900)	(2.632)	(900)
Provisão para benefício pós-emprego	(1.510)	(1.665)	(1.510)	(1.665)
Impostos sobre outras vendas	(171)	(404)	(180)	(415)
Custo da baixa do imobilizado	(3)	(20)	(3)	(20)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Recuperação ambiental	(1.388)	(1.262)	(1.388)	(1.262)
FibraPrev - previdência privada	-	(4.871)	-	(4.871)
Outras perdas excepcionais	(1.026)	(785)	(1.026)	(785)
Provisão perda estimada para redução ao valor realizável líquido	(3.855)	-	(3.855)	-
Gastos com indenizações	(1.520)	-	(1.520)	-
Outras	(82)	(624)	(2)	(883)
	<u>(12.187)</u>	<u>(10.531)</u>	<u>(12.216)</u>	<u>(10.801)</u>
Total	<u>(6.257)</u>	<u>419</u>	<u>(6.254)</u>	<u>179</u>

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras:				
Varição cambial passiva	(12.271)	(24.508)	(12.271)	(24.508)
Descontos concedidos	(264)	(1.635)	(264)	(1.635)
Juros passivos	(3.830)	(8.152)	(3.723)	(8.104)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(104)	(122)	(104)	(122)
Despesas bancárias	(93)	(214)	(93)	(215)
Variações monetárias passivas das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(3.876)	(3.621)	(3.876)	(3.621)
Outras	(236)	(253)	(236)	(253)
	<u>(20.674)</u>	<u>(38.505)</u>	<u>(20.567)</u>	<u>(38.458)</u>
Receitas financeiras:				
Variações cambiais ativas	11.633	15.181	11.633	15.181
Juros ativos recebidos	580	420	591	421
Juros sobre mútuo	2.952	4.903	2.952	4.903
Rendimentos aplicação financeiras - incluindo certificados de depósitos bancários	103	302	103	430
Variações monetárias ativas	9	-	9	-
Realização valor presente	1.507	1.581	1.507	1.581
Outras	18	13	18	13
	<u>16.802</u>	<u>22.400</u>	<u>16.813</u>	<u>22.529</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(3.872)</u>	<u>(16.105)</u>	<u>(3.754)</u>	<u>(15.929)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outras receitas operacionais:				
Receitas eventuais	-	245	-	245
Aluguéis	669	609	701	639
Vendas de bens do imobilizado	3	37	3	37
Outras vendas	90	561	90	561
Créditos Extemporâneos PIS e COFINS	5.154	9.492	5.154	9.492
Outras receitas	14	6	14	6
	<u>5.930</u>	<u>10.950</u>	<u>5.962</u>	<u>10.980</u>
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas	(2.632)	(900)	(2.632)	(900)
Provisão para benefício pós-emprego	(1.510)	(1.665)	(1.510)	(1.665)
Impostos sobre outras vendas	(171)	(404)	(180)	(415)
Custo da baixa do imobilizado	(3)	(20)	(3)	(20)

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os seguros contratados pela Companhia, em 31 de dezembro de 2017, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	R\$ 130.000

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

27.1 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas securitárias para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado da Companhia, considerando os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A seguir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros:				
Mensurados ao custo amortizado:				
Contas a receber	73.688	57.012	73.688	57.012
Caixa e equivalentes de caixa	382	258	386	265
Aplicações financeiras	3.118	62	3.264	12
Partes relacionadas	60	19.743	60	19.743
Total ativos financeiros	<u>77.248</u>	<u>77.075</u>	<u>77.398</u>	<u>77.142</u>

continua...

...continuação



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivos financeiros:				
Mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	5.033	7.579	5.033	7.579
Empréstimos e financiamentos	44.381	48.581	44.381	48.581
Partes relacionadas	2.395	338	2.395	338
	<u>51.809</u>	<u>56.498</u>	<u>51.809</u>	<u>56.498</u>
Mensurado ao valor justo:				
Instrumentos financeiros				
derivativos	-	304	-	304
	-	304	-	304
Total passivos financeiros	<u>51.809</u>	<u>56.802</u>	<u>51.809</u>	<u>56.802</u>

A Companhia dispõe de procedimentos para administrar e utilizar instrumentos de proteção.

I. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba quatro tipos de risco no caso da Companhia: a) Risco de câmbio, b) Risco de taxa de juros, c) Risco de prejuízo na produção devido a escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos e d) Riscos associados ao crescimento.

a) Riscos de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais da companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Controladora e Consolidado		Cotação em 31/12/17
	31/12/17	31/12/16	(US\$ 1,00 = R\$ 1,00)
Clientes no mercado externo	71.572	46.124	3,3074
Fornecedores no mercado externo	(710)	(208)	3,308
ACE	(33.767)	(11.552)	3,308
Financiamentos (USD) SWAP	-	(304)	3,308
NCE	(10.614)	(15.866)	3,308
Total da exposição cambial	<u>26.481</u>	<u>18.194</u>	

(*) Não contemplado os financiamentos com SWAP, cujo o efeito está demonstrado em linha específica.

a) Hierarquia do valor justo

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

27.2 Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações. A Companhia possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos à vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

a1) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros da Companhia, foram efetuados quatro cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2017, conforme abaixo:

Saldos (Moeda estrangeira) - Consolidado	Risco	Taxa (*) Posição em 31/12/2017	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
			Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
			(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)
Clientes mercado externo	USD	3,3074	1,6537	2,4806	4,1343	4,9611
	USD	71.572	(35.786)	(17.893)	17.893	35.786
Fornecedores mercado externo	USD	3,3080	1,6540	2,4810	4,1350	4,9620
	USD	(710)	355	178	(178)	(355)
ACE	USD	(33.767)	16.884	8.442	(8.442)	(16.884)
	NCE	(10.614)	5.307	2.654	(2.654)	(5.307)
Financiamentos SWAP	USD	-	-	-	-	-
Total das exposições		<u>26.481</u>	<u>(13.240)</u>	<u>(6.619)</u>	<u>6.619</u>	<u>13.240</u>

(*) As taxas do dólar foram retiradas do site do Bacen no último dia útil de 2017.

a) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras de curto prazo	3.118	62	3.264	122
Total da exposição à taxa de juros	<u>3.118</u>	<u>62</u>	<u>3.264</u>	<u>122</u>

A Administração da Companhia avalia periodicamente suas aplicações e equivalentes de caixa para evitar risco de perda, considerando a instabilidade da atual política monetária. Dessa forma, a Companhia avalia periodicamente a possibilidade de contratos com derivativos para proteger esse risco.

Análise de sensibilidade para curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros:

			Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Risco de redução		Risco de aumento		
Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2017	Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,89%	3,45%	5,17%	8,61%	10,34%
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	3.264	3.264	(113)	(57)	57	113
			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Risco de redução		Risco de aumento		
Empréstimos e financiamentos - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2017	Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,89%	3,45%	5,17%	8,61%	10,34%
Empréstimos e financiamentos	CDI	10.614	10.614	(366)	(183)	183	366

continua...

...continuação



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

I. Risco de crédito

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia diariamente, e é entendimento que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica "perda com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

A Companhia avalia periodicamente a sua carteira de clientes e para 31 de dezembro de 2017, nenhum cliente individualmente possuía representatividade significativa em comparação ao total das contas a receber e faturamento individual e consolidado.

Depósitos à vista e aplicações financeiras

A Companhia está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

II. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

III. Gestão do capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2016. A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	Alavancagem		Alavancagem	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	44.381	48.581	44.381	48.581
Instrumentos financeiros derivativos	-	304	-	304
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(3.118)	(62)	(3.264)	(122)
Dívida líquida	41.263	48.823	41.117	48.763
Patrimônio líquido	28.313	85.365	28.313	85.364
Dívida líquida e patrimônio líquido	(12.950)	36.542	12.804	36.603

28. COMPROMISSOS E GARANTIAS

A Companhia não possui compromissos contratuais com fornecedores para os próximos anos, relacionados à administração, operação e manutenção de seus ativos. Os compromissos existentes seguem as práticas de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía as seguintes garantias:

- (i) Concessão de bens do ativo imobilizado oferecidos como garantia de processos judiciais, no montante de R\$ 2.150;
- (ii) Seguro-garantia para compra e venda de energia elétrica pela controlada Sama, no montante de R\$ 3.924, com a Potencial Seguradora S.A., cujo vencimento é em 25 de Fevereiro de 2019 e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda;
- (iii) Fiança bancária para garantia do pagamento de execução fiscal - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM firmado com a Sama S.A, no montante de R\$ 1.671, com o Banco Bradesco, com vencimento indeterminado;

29. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DA MINA

Ambiente

A Companhia registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Plano Ambiental de Fechamento da Mina - PAFEM, conforme Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

A Companhia registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	2017	2016
Taxa de desconto	7,5% a.a.	10% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4% a.a.	5% a.a.

Valor presente dos desembolsos esperados

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
2023	14.795	5.216
2024	2.468	4.477
2025	1.421	2.320
2026 a 2034	888	1.865
Total	19.572	13.878

Considerando o acordo celebrado com o PAFEM a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2023 e 2034.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 1.388 (R\$ 1.262 em 31 de dezembro de 2016), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

30. PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Durante o exercício de 2017 e 2016 a Companhia revisou o valor recuperável de seus ativos. A metodologia adotada para o teste de recuperabilidade dos ativos da Companhia, foi a de fluxo de caixa descontado para cada Unidade Geradora de Caixa (UGC).

A perda por redução ao valor recuperável foi incluída na rubrica "Perda estimada por não recuperabilidade de ativos, provisões para reestruturação e desmobilização" na demonstração do resultado conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos - "Impairment" (*)	(22.196)	-	(22.196)	-
Total	(22.196)	-	(22.196)	-

(*) Referenciado na nota explicativa 11 e (**) Referenciado na nota explicativa 12.

As premissas utilizadas para cada unidade de negócio estão destacadas abaixo:

1) UGC Mineração

Período projetivo 2017:

A reserva mineral conhecida e prospectada (vida útil da mina) é para mais de 35 anos, com base no atual volume de vendas. A não publicação do acórdão e consequentemente da fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, a qual será discutido um prazo mínimo de modulação, impõe uma incerteza de quanto tempo a SAMA poderá operar.

Portanto, com base na reserva mineral conhecida e prospectada, cujo direito de lavra foi concedido pelo Governo Federal e Estadual à SAMA, a melhor estimativa contábil para o período projetivo considerado pela administração foi de 5 (cinco) anos, cujo foco será exclusivo à exportação, conforme já divulgado em fato relevante.

O modelo de operação que está sendo proposto pela SAMA, segue o modelo das minas canadenses que operaram exclusivamente com exportação a partir do momento em que houve restrição para o mercado interno.

Para a taxa de desconto foi utilizado o conceito do WACC de 14,32% (12,31% em 2016), depois do imposto de renda, ao ano.

	31/12/2017			
	2018	2019	2020	2021 e 2022
Volume (*)	3%	3%	3%	3%
Preço	3%	3%	3%	3%
Custo/Despesas (**)	3%	3%	3%	4%

(*) 1% abaixo da mediana da projeção do PIB de 3% a.a, foi admitido o mesmo volume de vendas de 2018 para os demais anos de projeção, em função de operar exclusivamente com exportação.

(**) A partir de 2021, pensando em ter uma projeção mais conservadora, dado que nem sempre é possível repassar ao preço a inflação recebida nos insumos e matérias-primas, foi admitido 4% a.a., em linha com as projeções de instituições bancárias brasileiras.

Período projetivo 2016: De acordo com o nível de extração e beneficiamento de minério, a UGC tem minério prospectado e conhecido até 2032 de acordo com o PAFEM (Plano Anual de Fechamento de Mina).

	31/12/2016			
	2017	2018	2019	2020 a 2032
Volume	2,5%	2,5%	2,5%	3%
Preço	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Custo/Despesas	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%

Outras premissas 2017:

CAPEX mínimo para manutenção dos ativos.

Para o capital de giro foi considerado uma média de dias de faturamento líquido para os anos da projeção. No último ano de projeção este capital regressa como entrada de caixa.

Outras premissas 2016:

Capex do primeiro ano aprovado para manutenção estrita. Para os demais anos foi considerado o valor da depreciação como base.

continua...



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Recuperação Judicial

Em 19 de março de 2018 a Companhia protocolou o Pedido de Recuperação Judicial ("Pedido de RJ"), conforme divulgado na nota explicativa nº 1.3 - Contexto Operacional).

O referido Pedido de RJ foi deferido em 16 de abril de 2018, pela 2ª Vara de Falência e Recuperações Judiciais do Estado São Paulo.

b) Adiantamento de contrato de exportação

Subsequentemente ao encerramento do exercício de 2017, a Companhia, obteve das instituições financeiras contratos de empréstimos na modalidade de Adiantamento de contrato de exportação (ACE) no montante total de R\$ 53.828. Os contratos foram firmados com três diferentes instituições financeiras, sendo, Banco Bradesco R\$ 34.731, Banco do Brasil R\$ 15.805 e Banco Safra R\$ 3.292 com prazos de vencimento entre fevereiro e agosto de 2018.

c) Ação Civil Pública de Vitória da Conquista/BA

Foi publicada a decisão de primeira Instância proferida pela 1ª Vara da Justiça Federal de Vitória da Conquista/BA, em face da Companhia - em Recuperação Judicial, nos autos da Ação Civil Pública ("ACP") ajuizada pelo Ministério Público Federal ("MPF") e pelo Ministério Público do Estado da Bahia, a fim de apurar danos ambientais supostamente existentes na antiga mina de São Felix, município de Poções/BA.

Dentre os pedidos do MPF, o mais relevante, e que foi atendido pelo Juízo Federal, foi a fixação de indenização por dano moral ambiental coletivo no montante de R\$ 31 milhões e decretação de indisponibilidade do ativo não-circulante da SAMA, com o bloqueio de distribuições de lucros até o limite da referida condenação judicial. Tal decisão judicial foi proferida em primeira Instância, podendo ser objeto de recursos, não sendo, portanto, definitiva.

Segundo seus assessores jurídicos, a imposição judicial já foi contestada por meio de embargos de declaração e será objeto de apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ainda segundo a assessoria jurídica responsável pela referida ACP, a probabilidade de perda é considerada como possível além da condenação ser desproporcional e em desacordo com os parâmetros legais vigentes.

A ACP se refere à mina de São Felix, que teve operação encerrada em 1967, com o cumprimento de todas as medidas técnicas e jurídicas vigentes à época, ressaltando que a atividade ali exercida era devidamente regulamentada e licenciada pelas autoridades competentes e conforme o previsto na legislação em vigor no País à época.

Diretoria

Luis Augusto Barcelos Barbosa

Rodrigo Lopes da Luz

Ailton Rodrigues Alves

Contador - CRC-GO 014951/O-8

Protocolo 88117

PLANETTA ENGENHARIA torna público que a empresa PLUMATEX IMOVEIS- EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 07.196.636/0001-08, requereu a Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e planejamento urbano de Anápolis, a Licença Ambiental de Instalação p/ a atividade de IMPLANTAÇÃO DE GALPÃO COMERCIAL, na Avenida Presidente José Sarney, Qd. 90, Lotes 26 a 31 (unificação gerando Lote 26), Setor Sul Jamil Miguel II Etapa, Anápolis-GO.

Protocolo 88121

FORTLEV INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA inscrita no CNPJ nº. 10.921.911/0010-04 situada na V VP 5D Nº - 5 - D Qd - 10 Módulos 02 a 06 Distrito Agroindustrial de Anápolis - Daia Anápolis-GO. TORNA PÚBLICO QUE RECEBEU perante a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do Estado de Goiás - SECIMA **LICENÇA DE FUNCIONAMENTO Nº515/2018 VALIDADE 26/06/2026.** Para a atividade de fabricação de artefatos diversos de plástico. Conforme Resolução do CONAMA Nº 006/86.

Protocolo 88129

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ORLÂNDIA S A COMÉRCIO E INDÚSTRIA inscrito no CNPJ nº. 53.309.845/0020-92 situado na Rod GO - 154, S/N Km 1 - Zona Rural - Novo Planalto - Goiás. **TORNA PÚBLICO QUE RECEBEU** perante a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do Estado de Goiás - SECIMA **LICENÇA DE FUNCIONAMENTO Nº552/2018 VALIDADE 09/07/2027.** Para Atividades comerciais diversas. Conforme Resolução do CONAMA Nº 006/86.

Protocolo 88137

IRIS DOMINGOS REIS, CPF: 758.641.261-87, torna público que requereu à Secretaria do Meio Ambiente do Município de Silvânia - Goiás, a Licença Ambiental, para Ordenha Mecânica, sito a Fazenda Olaria, Rod. Go 010 km 50 à Dir. 30 Km Dir. 02 Km, Zona Rural, Município de Silvânia - Goiás.

Protocolo 88164

UniRV - Universidade de Rio Verde

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial n. 069/2018 - Tipo: Menor Preço Global
Processo de licitação n. 092/2018

A UniRV - Universidade de Rio Verde, Estado de Goiás, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no **dia 03 de agosto de 2018, às 08h00min**, Licitação Pública com

participação de itens exclusivos para microempresa e empresa de pequeno porte, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, tendo por objeto registro de preços para futura e eventual **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação e montagem de parede e forro drywall (gesso acartonado), serviço composto por materiais e mão de obra**, para atender as necessidades da UniRV- Universidade de Rio Verde, conforme especificações do Edital. Os interessados obterão o Edital e maiores informações pelo site: <http://unirv.edu.br/licitacoes.php> ou no Departamento de Licitações situado na Fazenda Fontes do Saber, Campus Universitário, Prédio Administrativo, fone (64) 3611-2200, ramal 3018, em horário de expediente: 07h00 às 10h30min e das 13h00 às 16h30min.

Rio Verde/GO, 19 de julho de 2018.

Iria Daniela Pereira Freitas
Pregoeira

Protocolo 88208

UniRV - Universidade de Rio Verde

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial n. 070/2018 - Tipo: Menor Preço Por Item
Processo de licitação n. 093/2018

A UniRV - Universidade de Rio Verde, Estado de Goiás, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no **dia 06 de agosto de 2018, às 08h00min**, Licitação Pública com **participação de itens exclusivos para microempresa e empresa de pequeno porte**, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Por Item, tendo por objeto registro de preços para futura e eventual **aquisição de materiais de expediente de uso nos vestibulares**, para atender as necessidades da UniRV- Universidade de Rio Verde, conforme especificações do Edital. Os interessados obterão o Edital e maiores informações pelo site: <http://unirv.edu.br/licitacoes.php> ou no Departamento de Licitações situado na Fazenda Fontes do Saber, Campus Universitário, Prédio Administrativo, fone (64) 3611-2200, ramal 3018, em horário de expediente: 07h00 às 10h30min e das 13h00 às 16h30min.

Rio Verde/GO, 19 de julho de 2018.

Iria Daniela Pereira Freitas
Pregoeira

Protocolo 88209



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Relatório da Diretoria de 2017

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da SAMA S.A. MINERAÇÕES ASSOCIADAS - Em Recuperação Judicial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Mineral Crisotila

Em 2017, a SAMA, vendeu 144,3 mil toneladas de mineral crisotila, uma redução de 20,98% em relação ao ano anterior. As vendas no mercado interno atingiram 35,8 mil toneladas, representando uma redução de 64,53% na comparação entre os anos de 2017 e 2016, exportações tiveram um volume de 108,5 mil toneladas, apresentando um aumento de 32,84% na comparação com o ano anterior. No final de 2017, a SAMA manteve sua participação entre as três maiores mineradoras no mercado mundial de produção do crisotila.

As exportações são destinadas em sua maior parte aos seguintes países: Índia, Indonésia, Colômbia, Vietnã, África do Sul, Sri Lanka, Malásia, Bolívia, Bangladesh, Equador, El Salvador, Peru, México, Filipinas, Estados Unidos da América, Arábia Saudita e Tailândia.

Na área de Recursos Humanos, deu-se continuidade ao programa de benefícios aos colaboradores da sociedade, concedendo a cesta básica, assistência médica, odontológica, incentivos permanentes à prevenção de acidentes e saúde ocupacional. Ocorrem, ainda com grande intensidade, atividades de treinamento e desenvolvimento de pessoal.

A transparência e equidade são dois dos principais alicerces de sustentabilidade dos negócios da SAMA. Nesse sentido, a Companhia, é signatária do Pacto Global da ONU, possui as certificações ISO 9.001 de gestão de qualidade, ISO 14.001 de gestão ambiental e OHSAS 18.001 de gestão de saúde e segurança ocupacional, PSQ-USC - Programa Setorial de Qualidade do Uso seguro do Crisotila.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Líquida

A SAMA registrou receita líquida de vendas de R\$ 203,8 milhões em 2017, uma redução de 34,15% em relação a 2016. No mercado interno, a receita líquida apresentou uma redução de 63,47% em relação a 2016 e totalizou R\$ 64,1 milhões. A redução da receita líquida no mercado interno é decorrente da desaceleração do setor de materiais de construção. A receita líquida proveniente de exportações somou R\$ 139,7 milhões, um aumento de 4,09% em relação a 2016 apesar da desvalorização de 1,50% do dólar frente ao real (comparação entre PTAX médio do período).

Lucro Líquido

A SAMA registrou prejuízo de R\$ 39,5 milhões em 2017, redução de 246,31% em relação a 2016.

Investimentos

Os investimentos somaram R\$ 0,6 milhões em 2017, recuo de 83,55% em relação ao ano anterior, investimentos estes realizados com recurso próprio, tendo sido priorizado os recursos para a manutenção da operação atual, antipoluição, higiene, segurança e meio ambiente e aumento da produtividade da planta industrial. Os principais investimentos foram para adequação da planta industrial para atender a NR-12, equipamentos de mineração e controle de poluição.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Prêmios

A empresa conquistou diversos prêmios em 2017, estes confirmam a posição de destaque da mineradora no mercado nacional e internacional.

Confira abaixo a relação dos prêmios conquistados pela SAMA em 2017:

• Grupo Gestão RH

- As 10 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa 2017
- As Melhores Empresas em Cidadania Corporativa 2017
- As 25 Marcas Mais Admiradas em 2017

- RHs mais admirados do Brasil 2017
- 10 RHs mais admirados do Brasil 2017
- Destaque Estadual de RH

- As Melhores Empresas em IDHO - Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional 2017

Destaque Dimensão Capital Humano

- As melhores empresas Psicologicamente Saudáveis 2017

Destaque na Dimensão Equilíbrio Vida e Trabalho;

• Revista Minérios & Minerias

- 19º Prêmio de Excelência da Indústria Minerometalúrgica
- Concorreu com um projeto no aspecto ambiental que aborda a recuperação de áreas degradadas

• Instituto Great Place To Work

- As Melhores Empresas para Trabalhar América Latina - 2º lugar

Categoria: Acima de 500 funcionários

• Instituto Great Place To Work e Jornal O Popular

- As Melhores Empresas para Trabalhar no Centro-Oeste - 1º lugar

Categoria Médias

• Instituto Great Place To Work e Revista Época

- As Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil - 1º lugar

Categoria: Médias Nacionais

• Guia Você S/A - As 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar.

- As Melhores Empresas para Você Trabalhar - 1º lugar

Categoria: Setor Indústria Diversas

• 20º Top Of Mind de RH

- Categoria: empresa com práticas reconhecidas em Gestão Ambiental e Sustentabilidade

1º lugar

- Categoria: Dirigente de RH

Top 5

• Valor Carreira

- As melhores na Gestão de Pessoas

Categoria: 401 a 500 funcionários - 3º Lugar

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da SAMA em 2017; e confiamos no comprometimento e dedicação constante como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

Minaçu, 19 julho de 2018.

A Diretoria

Balancos Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativos	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	382	258	386	265	Fornecedores	13	5.743	7.579	5.743	7.579
Aplicações financeiras	5	3.118	62	3.264	122	Partes relacionadas	10.a	2.395	338	2.395	338
Contas a receber	6	73.688	57.012	73.688	57.012	Empréstimos e financiamentos	14	44.381	48.581	44.381	48.581
Estoques	7	24.616	43.571	24.616	43.571	Instrumentos financeiros derivativos	27.2	-	304	-	304
Impostos a recuperar	8	13.247	4.961	13.314	4.989	Obrigações com pessoal	15	4.748	8.017	4.748	8.017
Partes relacionadas	10.a	60	19.743	60	19.743	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	10.a 19.d	1.392	5.600	1.392	5.600
Outros ativos circulantes		5.034	1.401	5.035	1.401	Provisão para benefícios futuros após emprego	17.b	1.944	1.931	1.944	1.931
Total do ativo circulante		120.145	127.008	120.363	127.103	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	1.712	5.247	1.713	5.260
Não circulante						Outros passivos circulantes		7.213	2.788	7.213	2.788
Depósitos judiciais		7.429	4.586	7.447	4.599	Total do passivo circulante		69.528	80.385	69.529	80.398
Impostos a recuperar	8	108	260	108	260	Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	15.344	22.508	15.344	22.508	Partes relacionadas		1.193	1.196	-	-
Partes relacionadas	10.a	28.930	31.276	28.930	31.276	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	43.092	37.367	43.092	37.367
Outros ativos não circulantes		616	616	616	654	Provisão para benefícios futuros após emprego	17.b	25.078	12.976	25.078	12.976
Investimentos	9	1.420	1.339	-	-	Provisão para desmobilização da mina	29	19.572	13.878	19.572	13.878
Imobilizado	11	13.421	42.603	13.432	42.614	Obrigações com pessoal	15	858	-	858	-
Intangível	12	221	971	221	971	Outros passivos não circulantes		-	-	19	1
Total do ativo não circulante		67.489	104.159	66.098	102.882	Total do passivo não circulante		89.793	65.417	88.619	64.222
TOTAL DO ATIVO		187.634	231.167	186.461	229.985	Patrimônio líquido					
						Capital social	19.a	65.100	65.100	65.100	65.100
						Reserva de capital		34	34	34	34
						Reservas de lucros		19.530	21.788	19.530	21.788
						Outros resultados abrangentes		(14.092)	(1.557)	(14.092)	(1.557)
						Prejuízo do exercício		(42.260)	-	(42.260)	-
						Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		28.312	85.365	28.312	85.365
						Participação dos acionistas não controladores		1	-	1	-
						Total do patrimônio líquido		28.313	85.365	28.313	85.365
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		187.634	231.167	186.461	229.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
				Estatutária	Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 01 de janeiro de 2016		65.100	34	13.020	6.510	8.269	-	(1.133)	91.800
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	27.002	-	27.002
Constituição de reservas		-	-	-	-	2.257	(2.257)	-	-
Ganho/(perda) na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	(424)	(424)
Destinação do lucro líquido:									
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,1917 por ação em circulação		-	-	-	-	-	(6.680)	-	(6.680)
Dividendos - R\$ 0,5184 por ação em circulação		-	-	-	-	(8.268)	(18.065)	-	(26.333)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		65.100	34	13.020	6.510	2.258	-	(1.557)	85.365
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	(39.505)	-	(39.505)
Constituição de reservas		-	-	-	-	(2.258)	-	-	(2.258)
Ganho/(perda) na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	(12.535)	(12.535)
Destinação do lucro líquido:									
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,1917 por ação em circulação	17.d	-	-	-	-	-	(2.755)	-	(2.755)
Dividendos - R\$ 0,5184 por ação em circulação	17.c	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		65.100	34	13.020	6.510	-	(42.260)	(14.092)	28.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais:	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Aumento (redução) nos passivos operacionais:	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(30.528)	38.188	(30.502)	38.211	Fornecedores	13	(2.336)	(1.618)	(2.336)	(1.618)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:						Impostos, taxas e contribuições a recolher		(2.141)	(5.895)	(2.141)	(5.895)
Resultado da equivalência patrimonial	9	(81)	159	-	-	Partes relacionadas a pagar	10.a	2.030	(925)	2.030	(925)
Depreciação e amortização	23	12.676	14.612	12.676	14.616	Obrigações com pessoal	15	(2.394)	(2.126)	(2.394)	(2.126)
Resultado na baixa de ativo imobilizado		-	(17)	-	(17)	Pagamento dividendos e juros sobre capital próprio	10.a	8.754	-	8.754	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	7.123	5.107	7.123	5.107	Benefícios pós-emprego	17.d	(3.184)	(2.140)	(3.184)	(2.140)
Provisão desmobilização da mina	29	5.694	1.261	5.694	1.261	Gastos com reestruturação		(7.291)	-	(7.291)	-
Baixa de depósitos judiciais		760	-	760	-	Outros passivos		4.925	(490)	4.925	(491)
Perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber		3	-	3	-	Juros pagos		(3.282)	(3.266)	(3.282)	(3.266)
Provisão para reestruturação		7.291	-	7.291	-	Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.251)	(10.309)	(6.251)	(10.331)
Provisão para benefícios pós-emprego	17.b	2.764	(475)	2.764	(475)	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		14.439	55.708	14.506	55.408
Provisões diversas		-	(197)	-	(196)	Fluxos de caixa das atividades de investimento:					
Perda estimada para redução ao valor recuperável		22.196	-	22.196	-	Recebimento pela venda de imobilizado	24	3	37	3	37
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido	7	3.855	314	3.855	314	Adições ao ativo imobilizado e intangível		(4.943)	(4.675)	(4.943)	(4.675)
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		4.959	896	4.959	890	Aplicações financeiras de curto prazo		(28.566)	(77.137)	(28.636)	(77.137)
Rendimento de aplicações financeiras		(103)	(302)	(113)	(433)	Resgates de aplicações financeiras de curto prazo		25.602	81.713	25.602	83.207
Variação líquida das despesas antecipadas		511	608	511	608	Mútuo com empresas ligadas a receber		4.855	-	4.855	-
		37.120	60.154	37.217	59.886	Caixa líquido (proveniente das) gerado pelas atividades de investimento		(3.049)	(62)	3.119	1.432
(Aumento) redução nos ativos operacionais:						Fluxos de caixa das atividades de financiamento:					
Contas a receber		(14.507)	23.192	(14.507)	23.192	Captação de empréstimo e financiamentos		116.487	56.505	116.487	56.505
Partes relacionadas a receber	10.a	19.683	(11.209)	19.683	(11.209)	Amortização de empréstimos e financiamentos		(127.753)	(77.324)	(127.753)	(77.324)
Estoques	7	15.100	12.826	15.100	12.826	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		-	(35.991)	-	(35.991)
Impostos a recuperar</											

...continuação



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	22	203.882	309.513	203.882	309.513
Custos dos produtos vendidos	23	(132.795)	(181.260)	(132.795)	(181.260)
Lucro bruto		71.087	128.253	71.087	128.253
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	23	(24.915)	(29.059)	(24.915)	(29.059)
Gerais e administrativas	23	(44.456)	(43.691)	(44.470)	(43.763)
Remuneração da administração	10.b/23	-	(1.470)	-	(1.470)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(6.257)	419	(6.254)	179
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	30	(22.196)	-	(22.196)	-
Resultado da equivalência patrimonial	9	81	(159)	-	-
Total das receitas (despesas) operacionais		(97.743)	(73.960)	(97.835)	(74.113)
Despesas financeiras	25	(20.674)	(38.505)	(20.567)	(38.458)
Receitas financeiras	25	16.802	22.400	16.813	22.529
Resultado financeiro líquido		(3.872)	(16.105)	(3.754)	(15.929)
(Prejuízo)/Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(30.528)	38.188	(30.502)	38.211
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	20.a	(1.813)	(13.242)	(1.839)	(13.265)
Diferidos	20.a	(7.164)	2.056	(7.164)	2.056
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(39.505)	27.002	(39.505)	27.002
Atribuível a:					
Acionistas controladores		(39.505)	27.002	(39.505)	27.002
Acionistas não controladores		-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		(39.505)	27.002	(39.505)	27.002
Prejuízo líquido por ação, básico e diluído - R\$	19	(1,13)	0,77	(1,13)	0,77

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício		(39.505)	27.002	(39.505)	27.002
Outros resultados abrangentes					
(Perda)/Ganho líquido na atualização do plano de benefício definido		(12.535)	(643)	(12.535)	(643)
Efeito de imposto de renda e contribuição social		-	219	-	219
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos		(12.535)	(424)	(12.535)	(424)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		(52.040)	26.578	(52.040)	26.578
Atribuível a:					
Acionistas controladores		(52.040)	26.578	(52.040)	26.578
Acionistas não controladores		-	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		(52.040)	26.578	(52.040)	26.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SAMA S.A. - Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), incorporada no Brasil, na cidade de Minaçu, Estado de Goiás, constituída em 10 de agosto de 1966, é uma companhia de capital fechado, sendo sua controladora a Eternit S.A., uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3.

A Companhia tem como objeto social a pesquisa e lavra de jazidas e minas, podendo, ainda, explorar outros produtos minerais, o gerenciamento e a disposição de resíduos de fibrocimento, podendo, igualmente, participar em outras sociedades.

A Companhia é controladora da empresa Engedis Distribuição Ltda. ("Engedis"), localizada em Minaçu no Estado de Goiás, com participação e capital volante detidos de 99,94% e esta não possui atividade econômica.

A Companhia está capacitada com tecnologias que permitem a polivalência na extração e no beneficiamento do minério crisólita, o qual é comercializado para os mercados interno e externo.

1.1. Recuperação judicial

Em 19 de março de 2018, conforme divulgado por meio de Fato Relevante, a Companhia ajuizou, em conjunto com suas controladas e controlada em conjunto, Pedido de Recuperação Judicial ("pedido") perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/2005. O pedido, complementa, uma série de medidas administrativas e operacionais que já vinham sendo adotadas pela Companhia e foi aprovado *ad referendum* pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada na mesma data.

O pedido tem o intuito de atender ao melhor interesse de todas as sociedades que integram o Grupo, em especial:

- preservar a continuidade das atividades do Grupo e sua função social, com o cumprimento dos compromissos assumidos com seus clientes;
 - preservar, de forma organizada e responsável, os interesses e direitos de seus fornecedores, credores e acionistas; e
 - proteger o do caixa Grupo objetivando mitigar riscos operacionais.
- O pedido de Recuperação Judicial se deve, principalmente:
- a persistente deterioração dos fundamentos da economia, que afetaram drasticamente os setores de construção civil e louças sanitárias, justamente os mercados atendidos pelo Grupo;
 - as discussões legais acerca da extração, industrialização, utilização, comercialização, transporte e exportação do amianto, que vêm impactando as operações do Grupo e limitando o acesso do Grupo à concessão de novas linhas de crédito; e
 - a queda na demanda e nos preços de venda do amianto, nos mercados nacional e internacional, reduzindo a rentabilidade.
- O pedido foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 11 de abril de 2018 e deferido pela Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo em 16 de abril de 2018. As informações referentes ao processo estão disponíveis no *website* da CVM e de relações com investidores da Eternit.

Questão jurídica do amianto:

É importante esclarecer que a questão jurídica referente às Leis Estaduais e Federal que regulam a atividade do amianto crisólita no Brasil tramitam perante o Supremo Tribunal Federal ("STF") desde 2001, sendo que não houve decisões da Suprema Corte para as Ações Diretas de Inconstitucionalidade ("ADIs") que pudessem afetar a continuidade das operações da controlada SAMA em exercícios anteriores.

O STF retomou o julgamento, em agosto de 2017, das ADIs nº 4066 e 3937 sobre a legalidade do uso do amianto crisólita no Brasil. No referido julgamento, a Lei Federal não foi considerada inconstitucional. Já a Lei do Estado de São Paulo foi declarada sua constitucionalidade com a proibição do uso do amianto nesses Estados.

Dada a divergência de interpretações na mídia sobre o resultado do julgamento do STF nas ADIs nº 4066 e 3937 a Companhia esclareceu, em comunicado ao mercado divulgado em 25 de agosto de 2017, que a proibição do uso do amianto só tem efeito no Estado de São Paulo e não em todo o território nacional. Desta forma, a referida decisão não causou nenhum impacto nas operações da Companhia, inclusive nas demonstrações financeiras para o período findo em 30.09.2017, pois a SAMA já cumpre a Lei nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso do amianto neste território. Para os demais Estados da Federação, as atividades permanecem normais, de acordo com a legislação vigente.

Em 29 de novembro de 2017, o plenário do STF julgou a ADI que tinha por objeto a constitucionalidade da Lei do Estado do Rio de Janeiro. Nesta sessão, o STF julgou a Lei constitucional e também declarou incidentalmente inconstitucional o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055/1995 com efeito "erga omnes" e vinculante, ou seja, que se estendem a todos os Estados da Federação tornando a Lei Federal inconstitucional.

Em função da publicação da decisão do julgamento do STF referente a declaração incidental de inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal nº 9.055/1995, a Companhia paralisou as atividades, em 5 de dezembro de 2017. Adicionalmente, a SAMA informou que acompanhará eventuais embargos de declaração que poderão ser opostos pela entidade representativa do setor para, posteriormente, se posicionar de forma definitiva sobre a consequência de tal decisão nas atividades da Companhia.

Em 21 de dezembro de 2017, a SAMA informou que foram suspensos os efeitos da decisão de 29 de novembro de 2017 do STF, no que se refere ao efeito "erga omnes". Até a oposição dos embargos de declaração, a decisão valerá apenas nos Estados que proíbem ou vedam o uso do amianto como matéria prima. Diante da decisão de permissão para os demais estados, a Companhia retomou as atividades até que haja a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do referido despacho.

Independente da publicação do acórdão, há uma grande incerteza em relação à proibição definitiva do amianto produzido pela SAMA, pois segundo o STF, a modulação (fase out) seria discutida nos embargos de declaração, que só ocorre após a fluência do prazo após a publicação do acórdão. Alguns países da União Europeia tiveram prazo de 5 (cinco) anos para a substituição do amianto, levando em conta que as reservas minerárias já tinham se esgotado e não tinham demandas pelo produto acabado. Mesmo assim tiveram 5 (cinco) anos e outros países de economias desenvolvidas ainda usam o amianto, como os EUA e Alemanha, além dos países da Ásia que demandam o amianto. Atualmente o consumo mundial de amianto é superior a um milhão de toneladas. A realidade no Brasil é bem diferente, a jazida de amianto, cuja concessão foi cedida pelos Governos Federal e Estadual à SAMA tem reserva minerária conhecida e prospectada para mais de 35 (trinta e cinco) anos, de acordo com o atual nível de extração. A Administração considera como melhor estimativa contábil o mesmo prazo que os países da União Europeia tiveram para que sua controlada SAMA continue operando e destinando toda sua produção à exportação, principalmente, para países da Ásia.

Até a divulgação destas demonstrações financeiras o referido acórdão não foi publicado, portanto, seguem normalmente as atividades da SAMA.

Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.
- O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.
- Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas para divulgação, pela Administração da Companhia, em 19 de julho de 2018.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

Ressalta-se, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas e controlada em conjunto, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e controlada em conjunto são ajustadas para atender este critério.

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração do Grupo, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla a empresa relacionada na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessa empresa.

A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o resultado financeiro da controlada é reconhecido através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.
- O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações com a empresa controlada foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a Companhia e a empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.
- Os resultados da controlada adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos apresentados consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Aplicações financeiras

Representadas por investimentos temporários que serão mantidos até as suas datas de vencimento, com conversibilidade em caixa em mais de 90 dias da data da aplicação, e estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o valor de mercado ou de realização.

2.6. Contas a receber

São registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas em créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras.

O montante de perdas em créditos de liquidação duvidosa foi estimado com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração do Grupo para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

2.7. Estoque

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda, o qual não excede o valor líquido realizável.

A perda estimada para redução ao valor líquido recuperável considera a provisão para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos.

2.8. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e se os valores puderem ser mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. No exercício de 2017, o Grupo não efetuou capitalização de custos com empréstimos que foram diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos qualificáveis.

2.10. Provisão para benefícios pós-emprego

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos foram revisados e atualizados para o exercício de 2017.

2.10.1. Custos de aposentadoria e benefícios rescisórios

Os pagamentos a planos de aposentadoria de beneficiária definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão de benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada e a avaliação atuarial é realizada ao final do período anual de apresentação de relatório. A remensuração, que inclui ganhos e perdas atuariais, o efeito das mudanças no teto do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), é refletida imediatamente no balanço patrimonial como um encargo ou crédito reconhecido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrem. A remensuração reconhecida em outros resultados abrangentes é refletida imediatamente em lucros acumulados e não será reclassificada para o resultado. O custo de serviços passados é reconhecido no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano. Os juros líquidos são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Os custos de benefícios definidos são classificados como segue:

- Custo de serviços (incluindo custo de serviços correntes, custo de serviços passados e ganhos e perdas sobre reduções e liquidações).
- Despesa ou receita financeira líquida.
- Remensuração.

O Grupo apresenta os dois primeiros componentes de custos de benefícios definidos no resultado na rubrica "Provisão para benefício pós emprego".

Ganhos e perdas de redução são contabilizados como custos de serviços passados.

A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o déficit ou excedente real nos planos de benefícios definidos do Grupo. Qualquer excedente resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de substituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos.

Um passivo decorrente de um benefício rescisório é reconhecido quando a entidade não consegue mais retirar a oferta do benefício rescisório ou quando a entidade reconhece quaisquer custos de reestruturação relacionados, dos dois o que ocorrer antes.

2.10.2. Benefícios a empregados no curto prazo e outros benefícios a empregados no longo prazo

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de benefícios no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de outros benefícios a longo prazo são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros que se estima que sairão do Grupo referentes aos serviços efetuados pelo empregado até a data de reporte.

2.10.3. Contribuições de empregados ou terceiros a planos de benefícios definidos

Contribuições discricionárias realizadas por empregados ou terceiros reduzem o custo sobre o pagamento dessas contribuições para o plano.

Quando os termos formais dos planos determinam que contribuições serão feitas pelos empregados ou terceiros, a contabilização depende das contribuições estarem relacionadas ao serviço ou não, conforme segue:

- Se as contribuições não estiverem vinculadas ao serviço (por exemplo, é necessário efetuar contribuições para reduzir um déficit resultante de perdas sobre os ativos do plano ou de perdas atuariais), elas afetam a reavaliação do passivo (ativo) associado com o benefício definido líquido.
- Se as contribuições estiverem vinculadas ao serviço, elas reduzem os custos do serviço. Se o valor da contribuição depender do tempo (anos) de serviço, a entidade deve atribuir as contribuições ao período de serviço utilizando o método de atribuição exigido no parágrafo 70 da IAS 19 (para os benefícios brutos). Se o valor da contribuição for independente do tempo (anos) de serviço, a entidade pode reduzir o custo do serviço no período em que o serviço relacionado é prestado, ou reduzir o custo do serviço, atribuindo as contribuições ao período de serviço do empregado.

2.11. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a Lei das sociedades anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.12. Subvenção governamental

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas e são reconhecidas sistematicamente na rubrica receita operacional líquida durante os exercícios nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

2.13. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, em função da exclusão de receitas ou adição de despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente nas empresas do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos no final de cada exercício, sobre as diferenças entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a

continua...

...continuação



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na taxa de imposto esperada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

2.14. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.15. Receita operacional líquida

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita na venda de produtos é reconhecida quando:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

2.16. Receitas e despesas financeiras

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.17. Moeda estrangeira

Na elaboração da demonstração financeira da empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.18. Instrumentos financeiros

O Grupo opera com instrumentos financeiros com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos. Os valores registrados no ativo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo variações reconhecidas no resultado. Caixa e equivalentes e aplicações financeiras.

ii) Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

iii) Custo amortizado

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Em 31 de dezembro de 2017, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais.

2.19. Normas, alterações e interpretações de normas

2.19.1 Normas, alterações e interpretações de normas para exercícios iniciais a partir de 01 de janeiro de 2017:

Resumo dos normativos emitidos ou revisados, cujas alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2017.

Alterações à IAS 7 - Iniciativa de divulgação

Requerimento:

As alterações requerem que a entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos resultantes de atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa. As alterações são aplicáveis prospectivamente. As entidades não são obrigadas a apresentar informações comparativas para períodos anteriores quando adotam as alterações pela primeira vez.

Impacto nas demonstrações financeiras:

O Grupo revisou suas políticas e estimativas e entendeu que não há afetação nas suas demonstrações contábeis para essa norma.

Alterações à IAS 12 - Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas a realizar

Requerimento:

As perdas a realizar decorrentes de um instrumento de dívida mensurado a valor justo para o qual a base de cálculo permanece determinada ao custo dão origem a diferenças temporárias dedutíveis, independentemente se o titular do instrumento de dívida espera recuperar o respectivo valor contábil por meio de venda ou uso, ou se for provável que o emissor liquide todos os fluxos de caixa contratuais.

Ao avaliar se lucros tributáveis estarão disponíveis para que a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e quando a legislação tributária restringe a utilização de perdas à dedução de lucros de um tipo específico (por exemplo, perdas de capital somente podem ser compensadas com ganhos de capital), uma entidade avalia a diferença temporária dedutível em conjunto com outras diferenças temporárias dedutíveis daquele tipo, mas separadamente de outros tipos de diferenças temporárias dedutíveis. A estimativa de lucro tributável futuro provável pode incluir a recuperação de alguns dos ativos da entidade em valor acima do seu valor contábil se houver evidência suficiente de que é provável que a entidade conseguirá fazê-lo.

Ao avaliar a disponibilidade de lucros tributáveis futuros suficientes, uma entidade deve comparar as diferenças temporárias dedutíveis com os lucros tributáveis futuros, eliminando as deduções fiscais resultantes da reversão daquelas diferenças temporárias dedutíveis.

Impacto nas demonstrações financeiras:

O Grupo revisou suas políticas e estimativas e entendeu que não há afetação nas suas demonstrações contábeis para essa norma.

Alterações à IFRS 12 incluídas nas melhorias anuais ao ciclo de IFRS's 2014 - 2016

Requerimento:

As melhorias anuais ao ciclo de IFRS's 2014-2016 incluem alterações em várias IFRS's, estando uma delas em vigor para os períodos anuais iniciados em ou após 01 de janeiro de 2017.

IFRS 1 - Adoção inicial (IFRS's) - Eliminação de isenção de curto prazo para adotantes iniciais;
IAS 28 - Investimentos em Coligadas e Joint Ventures - Avaliação de Joint Venture ao valor justo;
IFRIC 22 - Transações em moedas estrangeiras e adiantamentos - Aborda como deve ser definida a data da transação com o objetivo de determinar a taxa de câmbio aplicável ao reconhecimento inicial do ativo;

IFRS 12 - Divulgação de participação em outras entidades - Esclarecimento que a entidade não necessita divulgar informações financeiras resumidas sobre participação em controladas, coligadas ou Joint Ventures classificadas como mantidas para venda.

Impacto nas demonstrações financeiras:
O Grupo revisou suas políticas e estimativas e entendeu que não há afetação nas suas demonstrações contábeis para as normas em questão. Exceto o IFRIC 22 que está sob avaliação, com vigência a partir de 01/01/2018.

2.19.2 Normas, alterações e interpretações de normas para exercício iniciado a partir de 01 de janeiro de 2018:

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para exercícios contábeis anuais futuros. Embora as IFRS's prevejam a adoção antecipada, no Brasil entes reguladores têm vedado essa antecipação para resguardar aspectos de comparabilidade. Dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as referidas normas não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras:

CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros:

Requerimento:

Tem o objetivo, em última instância, de substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma, além das perdas incorridas será necessário registrar as perdas estimadas.

Foi eliminada a possibilidade da avaliação da avaliação retrospectiva e da eficácia do *hedge accounting* no intervalo entre 80 e 125%, para este último caso deverá a própria entidade avaliar a relação da eficácia do *hedge*. Também fica proibido a interrupção voluntária do *hedge accounting* se o objetivo de gestão de risco se mantiver.

Impacto nas demonstrações financeiras:

O Grupo avaliou os impactos detalhado dos três aspectos do CPC 48 (IFRS 9) em 2017. E essa avaliação toma como base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas. O Grupo não prevê em nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e demonstrações do resultado. Abaixo estão os principais tópicos avaliados:

- Classificação e mensuração: O Grupo continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros que atualmente são mantidos a valor justo e para os ativos avaliados ao custo amortizado tais como contas a receber de clientes foram avaliadas as características contratuais e de *risk scoring* de seus contratos;
- Redução ao valor recuperável: O Grupo segregou os ativos financeiros com base em suas características de risco e particularidades operacionais segregando sua conta a receber em construtoras/engenharia, consumidor final e revendedor, o Grupo espera aplicar uma abordagem simplificada e registrar as perdas esperadas em contas a receber de clientes. Além disso considerando os requisitos para cálculo de redução ao valor recuperável estabelecidos pelo CPC 48 (IFRS 9) o Grupo não reconhecia desta norma as perdas esperadas.
- Contabilidade de *hedge*: Considerando os controles atuais mantido pelo Grupo, não há fatores e/ou ajustes relevantes.

CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente:

Requerimento:

A norma substitui o IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações; os principais objetivos são: (i) eliminar inconsistências nos padrões de reconhecimento de receita, fornecendo princípios claros para o registro dos saldos contábeis; (ii) fornece um modelo de reconhecimento de receita único, aprimorando a comparabilidade da informação contábil-financeira; e (iii) simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras. Aplicar-se-á a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro, tendo maior efetividade de alteração nos ramos de telecomunicações e incorporação imobiliária.

Impacto nas demonstrações financeiras:

O Grupo avaliou os princípios fundamentais da IFRS 15 onde introduziu um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Determinar o preço da transação;
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas em contrato;
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

O Grupo reconhece receitas provenientes das seguintes principais fontes: Exploração e beneficiamento do mineral crisotila, industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios, industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento, industrialização, exportação, comercialização, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Dentro das premissas de 5 passos para reconhecimento da receita o Grupo identificou obrigações de bonificação e multas por descumprimento contratual, que devem compor a receita a partir de 2018, porém não são significativas para o faturamento do Grupo.

2.19.3 Normas, alterações e interpretações de normas para exercício iniciado a partir de 01 de janeiro de 2019:

CPC 06 (IFRS 16, IAS 17) - Arrendamento Mercantil:

Requerimento:

A norma altera o entendimento sobre arrendamento mercantil para efetivar o registro como leasing financeiro. E entretanto, a nova norma prevê a facilidade de um registro único sob o modelo de balanço patrimonial. A norma estabelece também os princípios para reconhecimento e mensuração, apresentação e evidenciamento de arrendamentos. A norma incluiu duas isenções de reconhecimento para arrendatários: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamento de curto prazo (até 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Impacto nas demonstrações financeiras:

O Grupo está em processo de avaliação do impacto da aplicação da IFRS 16/CPC 06(R2) e espera mudanças não relevantes na apresentação de arrendamentos operacionais que passarão a ser reconhecidos no balanço patrimonial a partir de sua vigência.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada exercício das demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.1. Recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

3.2. Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

3.3. Perdas pela não recuperabilidade de ativos

O Grupo realiza testes de recuperação de seus ativos, notadamente de ágio e de outros ativos não circulantes, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxas de crescimento, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico-financeiras de longo prazo. Adicionalmente, as projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia e suas controladas e controlada em conjunto, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Os testes de recuperação destes ativos são realizados anualmente em dezembro, sendo antecipados se eventos ou circunstâncias indiquem a necessidade. O valor presente do fluxo de caixa descontado, ou valor em uso é comparado com o valor contábil desse ativo.

3.4. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

3.5. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pelo Grupo. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

3.6. Provisão para benefício pós-emprego

O valor atual da provisão para benefício pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 18. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	382	258	386	265
	382	258	386	265

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fundos de investimentos	3.118	62	3.264	122
Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, remunerados pela taxa média de 102,4% da variação do CDI (106,2% em 2016).				

São aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), que não possuem prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade da Companhia.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Mercado interno	2.856	11.824
Mercado externo	71.572	46.124
	74.428	57.948
(-) Ajuste a valor presente	(119)	(317)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(621)	(619)
Total	73.688	57.012

As despesas com a provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber, são contabilizadas na companhia de "despesas com vendas".

Composição do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	58.231	48.477	58.231	48.477
Valores vencidos:				
Até 90 dias	15.344	7.136	15.344	7.136
Entre 91 e 180 dias	122	1.266	122	1.266
Entre 181 e 360 dias	110	450	110	450
Acima de 360 dias	621	619	621	619
	74.428	57.948	74.428	57.948
Ajuste a valor presente	(119)	(317)	(119)	(317)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(621)	(619)	(621)	(619)
Total	73.688	57.012	73.688	57.012

Movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	(619)	(619)	(619)	(619)
Adição	(621)	-	(621)	-
Reversão	116	-	116	-
Baixa	503	-	503	-
Saldo final	(621)	(619)	(621)	(619)

7. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	16.499	32.655
Produtos semi-acabados	4.155	1.230
Materiais auxiliares	8.321	10.190
(-) Perda estimada para redução ao valor realizável líquido (*)	(4.359)	(504)
	24.616	43.571

(*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações dos resultados.

A movimentação da perda estimada para redução ao valor realizável líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, está assim representada:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	(504)	(190)
Provisão	(3.855)	(314)
Saldo final	(4.359)	(504)

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante:				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	472	538	472	278
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	8.279	3.848	8.279	3.848
Programa de Integração Social (PIS)	1.797	835	1.797	835
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	248	-	315	28
IRPJ Antecipado	1.888	-	1.888	-
CSLL Antecipada	670	-	670	-
Outros Impostos	1	-	1	-
Total	13.355	5.221	13.422	5.249
Circulante	13.247	4.961	13.314	4.989
Não circulante	108	260	108	260

...continua...



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

9. INVESTIMENTOS

A movimentação do investimento na controlada, apresentado nas demonstrações contábeis individuais, é como segue:

	Total		2017	2016
Em 1º de janeiro de 2016	1.680			
Recebimento dividendos exercícios anteriores	(182)	Ativo	1.440	1.354
Equivalência patrimonial	(159)	Passivo	20	15
Em 31 de dezembro de 2016	1.339	Patrimônio líquido	1.420	1.339
Equivalência patrimonial	81	(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	81	(159)
Em 31 de dezembro de 2017	1.420			

10. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
	Ativo	Passivo										
Eternit S.A.	28.990	(3.735)	50.851	(5.928)	-	-	-	-	-	-	-	-
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	(46)	168	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	(6)	-	(10)	-	-	-	-	-	-	-	-
Engedis Distribuições e Serviços Ltda.	-	(1.193)	-	(1.196)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em partes relacionadas	28.990	(4.980)	51.019	(7.134)	-	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	60	(3.787)	19.743	(5.938)	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante	28.930	(1.193)	31.276	(1.196)	-	-	-	-	-	-	-	-

	Contas a receber (i)		Notas débito (ii)		Dividendos		Juros sobre o capital próprio		Adiantamento à fornecedores		Mútuos (iii)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	168	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eternit S.A.	12	19.539	48	36	-	-	-	-	-	-	28.930	31.276
Total	12	19.707	48	36	-	-	-	-	-	-	28.930	31.276

	Fornecedores (i)		Dividendos		Juros sobre o capital próprio		Aluguéis		Adiantamento de clientes		Mútuos (iii)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Eternit S.A.	(1.317)	(328)	-	(4.178)	(1.392)	(1.422)	-	-	-	-	-	-
Engedis Distribuição e Serviços Ltda.	-	-	-	-	-	-	(26)	(24)	-	-	(1.193)	(1.196)
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	(46)	-	(1.026)	-
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	(6)	(10)	-	-	-	-
Total	(1.317)	(328)	-	(4.178)	(1.392)	(1.422)	(32)	(34)	(46)	-	(2.219)	(1.196)

(i) Os saldos de compras e vendas referem-se basicamente a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila e fibra sintética) e/ou produtos acabados e prestação de serviços e/ou contratos de locação, eliminados nas informações contábeis consolidadas da Companhia. O empreendimento controlado em conjunto, que tem consolidação por equivalência patrimonial, não é eliminado no consolidado.

(ii) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas sem vencimento predeterminado.

(iii) Referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, IRRF e variação de 100% e 122% do CDI, com prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.

	Vendas		Compras		Despesas Administrativas		Juros sobre mútuo despesa		Juros sobre mútuo receita		JCP receita	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Precon Goiás	10.211	14.658	-	-	(68)	-	-	-	-	-	-	-
Engedis Distribuição e Serviços Ltda;	-	-	-	-	(93)	(172)	(113)	(48)	-	-	-	-
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eternit S.A.	30.180	67.734	(25)	(40)	-	-	(33)	-	2.951	4.903	-	-
Total	40.391	82.392	(25)	(40)	(161)	(172)	(146)	(48)	2.951	4.903	-	-

As transações de vendas entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia pagou e provisionou a seus administradores benéficos de curto e longo prazo, salários e remuneração variável, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários, honorários e benefícios	539	986	539	986
Encargos sociais	139	344	139	344
Participação nos lucros - PLRE	-	140	-	140
Indenizações	2.432	-	2.432	-
	3.110	1.470	3.110	1.470
Provisão de bônus e encargos sobre bônus	2.111	-	2.111	-
	5.221	1.470	5.221	1.470

A remuneração variável da Diretoria é composta por uma parte a curto prazo e outra a longo prazo, de acordo com o atingimento de metas e resultados definidos pelo Conselho de Administração.

O bônus de incentivo anual, curto prazo, é calculado sobre a remuneração de dezembro do respectivo ano e pago ao diretor em parcela única, após apuração das metas e resultados e aprovação dos resultados do exercício na Assembleia Geral Ordinária.

O bônus de incentivo trienal, longo prazo, será devido e apurado anualmente, com base na remuneração de dezembro do ano da apuração do diretor e de acordo com as metas definidas em documentos próprios, pago após o 3º ano a sua apuração e aprovação dos Resultados do exercício em Assembleia Geral Ordinária.

No 3º ano da sua apuração, 50% do valor líquido recebido a título de bônus trienal (líquido de imposto e contribuição previdenciária), deverá ser utilizado para aquisição de ações da empresa, através de uma corretora de mercado, devendo o diretor comprovar a aquisição das ações no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data em que efetivado o pagamento do bônus pertinente, ficando vedado dispor das mesmas ações pelo prazo de 1 (um) ano a contar da data da respectiva aquisição.

Não ocorrendo o atingimento das metas e resultados definidos, não haverá pagamento destes bônus, e em caso de não atingimento integral e dentro do mínimo estabelecido o pagamento será proporcional ao resultado atingido.

Esta prática faz com que os Diretores compartilhem os riscos e os resultados com a Companhia, permitindo assim um maior alinhamento de interesses entre os executivos e acionistas.

11. IMOBILIZADO

	Controladora										Total	
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	Veículos fora-de-estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Desmobilização da mina		Obras de contenção na mina
Custo												
Saldos em 01 de janeiro de 2016	560	14.879	41.321	30.713	143.777	17.400	1.716	7.098	2.629	5.779	13.387	511
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.408
Baixas	-	-	(124)	-	-	(25)	-	(86)	(6)	-	-	-
Transferências	-	74	910	146	2.768	-	-	70	74	805	-	(4.847)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	560	14.953	42.107	30.859	146.545	17.375	1.716	7.082	2.697	6.583	13.387	72
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.306	-	418
Baixas	-	-	(72)	-	-	(1)	-	(33)	(6)	-	-	-
Transferências	-	-	98	-	310	4	-	48	30	-	-	(490)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	560	14.953	42.133	30.859	146.855	17.378	1.716	7.097	2.721	10.889	13.387	-
Taxas médias de depreciação	-	2,9%	8,6%	28,4%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%	-
Depreciação e exaustão												
Saldos em 01 de janeiro de 2016	-	(11.250)	(35.381)	(27.809)	(122.014)	(16.209)	(1.671)	(4.126)	(2.139)	(1.782)	(5.083)	-
Adições	-	(436)	(2.058)	(2.244)	(7.154)	(348)	(45)	(520)	(199)	(263)	(823)	-
Baixas	-	-	116	-	-	25	-	73	6	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(11.686)	(37.322)	(30.053)	(129.168)	(16.532)	(1.716)	(4.573)	(2.332)	(2.046)	(5.906)	-
Adições	-	(436)	(2.002)	(806)	(6.887)	(345)	-	(506)	(163)	(263)	(822)	-
Baixas	-	-	72	-	-	1	-	32	3	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(12.122)	(39.252)	(30.859)	(136.055)	(16.876)	(1.716)	(5.047)	(2.492)	(2.309)	(6.728)	-
Impairment												
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda por teste de recuperabilidade de ativos	(595)	(1.742)	(2.299)	-	(7.181)	(298)	-	(1.603)	-	(3.007)	(4.946)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(595)	(1.742)	(2.299)	-	(7.181)	(298)	-	(1.603)	-	(3.007)	(4.946)	-
Valor residual												
Em 01 de janeiro de 2016	560	3.629	5.940	2.904	21.763	1.191	45	2.972	490	3.997	8.304	511
Em 31 de dezembro de 2016	560	3.267	4.784	806	17.377	843	-	2.509	365	4.539	7.481	72
Em 31 de dezembro de 2017	(35)	1.089	582	-	3.619	204	-	447	229	5.573	1.713	-

	Consolidado										Total	
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	Veículos fora-de-estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Desmobilização da mina		Obras de contenção na mina
Custo												
Saldos em 01 de janeiro de 2016	571	14.991	41.322	30.713	143.938	17.400	1.716	7.099	2.629	5.779	13.387	511
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.408
Baixas	-	-	(124)	-	-	(25)	-	(86)	(6)	-	-	-
Transferências	-	74	910	146	2.768	-	-	70	74	805	-	(4.847)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	571	15.065	42.108	30.859	146.706	17.375	1.716	7.083	2.697	6.583	13.387	72
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.306	-	418
Baixas	-	-	(72)	-	-	(1)	-	(33)	(6)	-	-	-
Transferências	-	-	98	-	310	4	-	48	30	-	-	(490)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	571	15.065	42.134	30.859	147.016	17.378	1.716	7.098	2.721	10.889	13.387	-
Taxa média de depreciação	-	2,9%	8,6%	28,4%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%	-
Depreciação e exaustão												
Saldos em 01 de janeiro de 2016	-	(11.362)	(35.381)	(27.809)	(122.176)	(16.209)	(1.671)	(4.126)	(2.139)	(1.782)	(5.083)	-
Adições	-	(436)	(2.058)	(2.244)	(7.155)	(348)	(45)	(520)	(199)	(263)	(823)	-
Baixas	-	-	116	-	-	25	-	73	6	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(11.798)	(37.322)	(30.053)	(129.331)	(16.532)	(1.716)	(4.573)	(2.332)	(2.046)	(5.906)	-
Adições	-	(436)	(2.002)	(806)	(6.887)	(345)	-	(506)	(163)	(263)	(822)	-
Baixas	-	-	72	-	-	1	-	32	3	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(12.234)	(39.252)	(30.859)	(136.218)	(16.876)	(1.716)	(5.047)	(2.492)	(2.309)	(6.728)	

continuação



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

Perda por redução ao valor recuperável - teste de impairment

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo fez a revisão do valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa "UGC". A revisão efetuada com base no cálculo do valor em uso, resultou no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 22.196 na controladora, reconhecidas no resultado do exercício na rubrica "Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para reestruturação". As premissas utilizadas no cálculo do valor em uso estão divulgadas conforme nota explicativa nº 22 - Perda por redução ao valor recuperável.

12. INTANGÍVEL

	Controladora			Consolidado
	Software	Software em andamento	Total	
Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.717	-	5.717	
Adições	-	267	267	
Transferência	267	(267)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.984	-	5.984	
Adições	-	219	219	
Baixas	-	-	-	
Transferência	219	(219)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.203	-	6.203	
Vida útil (em anos)	5	-	-	
Amortização				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(4.491)	-	(4.491)	
Adições	(522)	-	(522)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(5.013)	-	(5.013)	
Adições	(444)	-	(444)	
Baixas	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(5.457)	-	(5.457)	
Perda por redução do valor recuperável				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	
Perda teste de recuperabilidade de ativos	(525)	-	(525)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(525)	-	(525)	
Valor residual				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	971	-	971	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	221	-	221	

	Software em andamento		Total
	Software	Software em andamento	
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.738	-	5.738
Adições	-	267	267
Baixa	-	-	-
Transferências	267	(267)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.005	-	6.005
Adições	-	219	219
Baixas	-	-	-
Transferências	219	(219)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.224	-	6.224
Vida útil (em anos)	5	-	-
Amortização			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(4.509)	-	(4.509)
Adições	(525)	-	(525)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(5.034)	-	(5.034)
Adições	(444)	-	(444)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(5.478)	-	(5.478)
Perda por redução do valor Recuperável			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-
Perda teste de recuperabilidade de ativos	(525)	-	(525)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(525)	-	(525)
Valor residual			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	971	-	971
Saldo em 31 de dezembro de 2017	221	-	221

13. FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Mercado interno	5.033	7.371
Mercado externo	710	208
	5.743	7.579

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Encargos financeiros				
Moeda nacional				
Para aquisição de máquinas e equipamentos	1,14% a 10% a.a.+ TJLP	-	-	376
Para capital de giro NCE	De 123,40% a 125,00% do CDI	10.614	-	21.091
Total moeda nacional		10.614	-	21.467
Moeda estrangeira				
Para capital de giro NCE (Nota de crédito exportação)	118,00% do CDI	-	-	15.562
Para capital de giro ACE (Adiantamento de contrato de exportação)	2,80% e 4,22% a.a. + V.C. US\$	33.767	-	11.552
Total moeda estrangeira		33.767	-	27.114
		44.381	-	48.581

(*) Em 31 de dezembro de 2017, não existia saldos corridos pela SELIC e TJLP.

A Companhia não possui cláusulas restritivas financeiras em seus contratos de empréstimos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas restritivas não financeiras. Eventuais garantias estão divulgadas na nota explicativa 26.

15. OBRIGAÇÃO COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Férias	1.979	3.741	1.979	3.741
Participação nos lucros e resultados	548	2.660	548	2.660
Bônus	2.111	-	2.111	-
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	161	291	161	291
Instituto nacional do seguro social - INSS	532	874	532	874
Salário educação	41	65	41	65
Previdência privada	231	379	231	379
Contribuição Sindical	3	7	3	7
	5.606	8.017	5.606	8.017
Circulante	5.606	8.017	5.606	8.017

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante:				
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda pessoa jurídica-IRPJ	-	1.831	-	1.831
Contribuição social sobre lucro líquido-CSLL	-	300	1	301
Demais tributos				
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços - ICMS	313	1.104	313	1.104
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	134	-	144
Programa de integração social - PIS	-	29	-	31
Impostos de renda retido na fonte-IRRF	275	718	275	718
Contribuição Financeira de compensação de recursos minerais	983	885	983	885
Outros	141	246	141	246
Total	1.712	5.247	1.713	5.260

17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

a) Benefícios futuros de saúde

A Companhia, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos foram revisados e atualizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

c) Análise de sensibilidade:

Controladora	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento 1%	Redução 1%	Real	Aumento 1%	Redução 1%
Impacto na obrigação com benefício líquida	27.022	(4.359)	5.197	27.022	5.116	(4.300)
Variação		(16,13%)	19,23%		18,93%	(15,91%)
Consolidado						
Impacto na obrigação com benefício líquida	27.022	(4.359)	5.197	27.022	5.116	(4.300)
Variação		(16,13%)	19,23%		18,93%	(15,91%)

d) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Dentro dos próximos 12 meses	1.944	1.931	1.944	1.931
Entre 2 e 5 anos	7.653	4.630	7.653	4.630
Entre 5 e 10 anos	8.467	3.821	8.467	3.821
Após 10 anos	8.958	4.525	8.958	4.525
	27.022	14.907	27.022	14.907

e) Plano de suplementação de aposentadoria:

A Companhia mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida. Não existe necessidade de complemento à provisão registrada em 31 de dezembro de 2017.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a companhia e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contribuições efetuadas no exercício findo:	1.294	2.038	1.294	2.038

18. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento de clientes	47	-	47	-
Comissões mercado externo	1.018	74	1.018	74
Fretes a pagar	2.845	592	2.845	592
Outras contas a pagar	3.303	2.122	3.303	2.122
	7.213	2.788	7.213	2.788

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia está totalmente integralizado, no valor de R\$ 65.100, representado por 34.847.445 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Composição acionária	31/12/2017		31/12/2016	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas jurídicas	2	34.847.445	2	34.847.445

b) Resultado por ação

	31/12/2017		31/12/2016	
	Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas controlador	Média ponderada da quantidade das ações ordinárias	Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas controlador	Média ponderada da quantidade das ações ordinárias
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas controlador	(39.505)	27.002	(39.505)	27.002
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias	34.847.445	34.847.445	34.847.445	34.847.445
Lucro básico e diluído por ação - R\$	(1,13)	0,77	(1,13)	0,77

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

c) Dividendos

Estatuto Social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços anuais, semestrais ou intermediários.

(i) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa anual de juro atuarial real	5,13%	6,17%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,80%	3,80%
Taxa anual de inflação projetada	4,40%	5,15%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

(ii) Passivo de plano de benefício pós-emprego

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	1.944	1.931	1.944	1.931
Não circulante	25.078	12.976	25.078	12.976
	27.022	14.907	27.022	14.907

(iii) A despesa com o benefício foi registrada na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no resultado do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos juros e serviços corrente	1.510	1.665	1.510	1.665
Benefícios pagos	(1.931)	(2.140)	(1.931)	(2.140)
Resultado líquido com benefício	(421)	(475)	(421)	(475)

b) Mudanças nas obrigações de benefícios e seus valores presentes definidos do plano em 2017:

	Controladora		Consolidado	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Em 1 de janeiro de 2017	14.907	14.907	9.598	9.598
Custo dos juros e serviços do exercício	1.511	1.511	1.510	1.510
Benefícios pagos	(1.931)	(1.931)	(1.931)	(1.931)
Ajustes de experiência	12.535	12.535	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	27.022	27.022	9.177	9.177

Os dividendos pagos ou propostos durante o exercício foram os seguintes:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
AGE de 31/03/17	12/04/17	1.910	0,0548
Total		1.910	

d) Juros sobre o capital próprio

A Administração da Companhia poderá deliberar distribuição de resultado na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente.

Os juros sobre o capital próprio propostos ou pagos durante o exercício foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
AGE de 31/03/17	12/04/17	1.464	0,0420
AGE de 30/06/17	31/01/18	1.637	0,0470
Total		3.101	

Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2017, representam:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Juros sobre capital próprio	1.392	1.422
Dividendos	-	4.178
	1.392	5.600

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.813)	(13.242)	(1.839)	(13.265)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.164)	2.056	(7.164)	2.056
Total	(8.977)	(11.186)	(9.003)	(11.209)

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo em 01 de janeiro de 2016		20.233		20.233
Constituição das diferenças temporárias		59.897		59.897
Reversão diferenças temporárias		(57.622)		(57.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		22.508		22.508
Constituição das diferenças temporárias		1.279		1.279
Reversão diferenças temporárias		(8.443)		(8.443)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		15.344		15.344

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para benefícios futuros a pós-emprego	4.412	5.068
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.994	10.763
Provisão para perdas no recebimento de créditos	-	210
Provisão para participação nos lucros e resultados	-	904
Mercadorias não embarcadas	-	821
Provisão desmobilização da mina	2.480	2.480
Provisão ajuste valor presente clientes/fornecedores	-	108
Provisão perdas ações Eletrobrás	263	263
Provisão Perdas MPP	-	661
Provisão PIS e Cofins (receitas financeiras)	-	181
Provisão perdas materiais obsoletos	171	-
Resultado operação swap	-	265
Outras provisões	24	784
Total	15.344	22.508

b) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo circulante e não circulante, referente aos impostos e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, será realizado conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
2018	957	-
2019	1.097	3.360
2020	1.130	1.493
2021 a 2027	12.160	17.655
Total	15.344	22.508

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2017, pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais a Companhia não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido da Companhia e a despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Processos trabalhistas (i)	14.480	9.768
Processos cíveis	6.205	6.156
Processos tributários (ii)	22.407	21.443
Total	43.092	37.367

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado		Total
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	
Saldo em 01 de janeiro de 2016	7.952	5.496	18.812
Adições	1.816	660	2.631
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.768	6.156	21.443
Adições	4.757	49	964
Reversões	(45)	-	(45)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	14.480	6.205	22.407

i) Na área trabalhista e cível as principais provisões englobam:

a) Indenizações que englobam dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra (ii) adicional noturno, (iii) adicional de insalubridade e periculosidade (iv) verbas rescisórias entre outras.

ii) Na área tributária as principais provisões englobam:

a) Discussões referente a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).
b) Discussões referentes a imposto de renda e contribuição social.
c) Discussões referentes a créditos de ICMS sobre óleo diesel utilizado no processo transporte de rochas para extração do produto final (Amianto).

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível:

Em 31 de dezembro de 2017, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra a Companhia, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R\$ 755 (R\$ 755 em 31 de dezembro de 2016), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra a Companhia as seguintes ações, cujas probabilidades de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis e os valores não são mensuráveis até a presente data:

a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas, cujo valor do pedido das ações montam em R\$ 50.000. A Ação civil pública referente à saúde foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$ 500 milhões à título de danos morais coletivos entre outros. A Companhia apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, que se encontra pendente de julgamento. A ação de natureza ambiental ainda não foi julgada.

b) Ação civil pública consumerista no Estado do Rio de Janeiro e outra no Estado de Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados.

c) Ação de improbidade administrativa relacionada à compensação financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, cujo valor monta em R\$ 38.795, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza, no valor de R\$ 13.729.

d) Ação civil pública e uma Ação popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da Companhia.

e) Partes da decisão julgada em segunda instância do processo mencionado no item "d", desta nota foi considerada como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia.

A Companhia efetua depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de vendas de produtos	227.715	364.205
Impostos incidentes sobre as vendas	(23.833)	(54.692)
Receita operacional líquida	203.882	309.513

23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou as demonstrações dos resultados utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas nas demonstrações dos resultados, são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos produtos vendidos	(132.795)	(181.260)	(132.795)	(181.260)
Despesas com vendas	(24.915)	(29.059)	(24.915)	(29.059)
Despesas gerais e administrativas	(44.456)	(43.691)	(44.470)	(43.763)
Remuneração da administração	-	(1.470)	-	(1.470)
Total	(202.166)	(255.480)	(202.180)	(255.552)
Materia-prima consumida	(14.554)	(20.336)	(14.554)	(20.336)
Despesas com pessoal e encargos	(59.711)	(60.844)	(59.711)	(60.844)
Materiais, energia elétrica e serviços	(32.401)	(49.311)	(32.401)	(49.311)
Despesas de vendas variáveis	(24.293)	(26.838)	(24.293)	(26.838)
Depreciação e amortização	(12.677)	(14.612)	(12.677)	(14.612)
Serviços de terceiros	(40.788)	(65.076)	(40.802)	(65.143)
Comissões sobre vendas	(1.659)	(847)	(1.659)	(847)
Contribuição para entidades de classe	(1.247)	(2567)	(1.247)	(2567)

a1) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros da Companhia, foram efetuados quatro cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2017, conforme abaixo:

	Taxa (*)	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Saldo (Moeda estrangeira) - Consolidado					
	USD	3,3074	1,6537	4,1343	4,9611
Clientes mercado externo	USD	71,572	(35,786)	17,893	35,786
	USD	3,3080	1,6540	4,1350	4,9620
Fornecedores mercado externo	USD	(710)	355	(178)	(355)
ACE	USD	(33,767)	16,884	8,442	(16,884)
	NCE	(10,614)	5,307	(2,654)	(5,307)
Financiamentos SWAP	USD	-	-	-	-
Total das exposições		26,481	(13,240)	6,619	13,240

(*) As taxas do dólar foram retiradas do site do Bacen no último dia útil de 2017.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Propaganda e publicidade	(235)	(1.210)	(235)	(1.210)
Impostos e taxas	(981)	(1.210)	(981)	(1.210)
Participação nos resultados	146	(2.669)	146	(2.669)
Conservação e limpeza	(3.528)	(3.502)	(3.528)	(3.502)
Outras	(10.238)	(6.458)	(10.238)	(6.459)
Total	(202.166)	(255.480)	(202.180)	(255.552)

24. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outras receitas operacionais:				
Receitas eventuais	-	245	-	245
Aluguéis	669	609	701	639
Vendas de bens do imobilizado	3	37	3	37
Outras vendas	90	561	90	561
Créditos Extemporâneos PIS e COFINS	5.154	9.492	5.154	9.492
Outras receitas	14	6	14	6
Total	5.930	10.950	5.962	10.980

Outras despesas operacionais:

Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas	(2.632)	(900)	(2.632)	(900)
Provisão para benefício pós-emprego	(1.510)	(1.665)	(1.510)	(1.665)
Impostos sobre outras vendas	(171)	(404)	(180)	(415)
Custo da baixa do imobilizado	(3)	(20)	(3)	(20)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Recuperação ambiental	(1.388)	(1.262)	(1.388)	(1.262)
FibraPrev - previdência privada	-	(4.871)	-	(4.871)
Outras perdas excepcionais	(1.026)	(785)	(1.026)	(785)
Provisão perda estimada para redução ao valor realizável líquido	(3.855)	-	(3.855)	-
Gastos com indenizações	(1.520)	-	(1.520)	-
Outras	(82)	(624)	(2)	(883)
Total	(12.187)	(10.531)	(12.216)	(10.801)

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras:				
Varição cambial passiva	(12.271)	(24.508)	(12.271)	(24.508)
Descontos concedidos	(264)	(1.635)	(264)	(1.635)
Juros passivos	(3.830)	(8.152)	(3.723)	(8.104)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(104)	(122)	(104)	(122)
Despesas bancárias	(93)	(214)	(93)	(215)
Variações monetárias passivas das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(3.876)	(3.621)	(3.876)	(3.621)
Outras	(236)	(253)	(236)	(253)
Total	(20.674)	(38.505)	(20.567)	(38.458)

Receitas financeiras:

Variáveis cambiais ativas	11.633	15.181	11.633	15.181
Juros ativos recebidos	580	420	591	421
Juros sobre mútuo	2.952	4.903	2.952	4.903
Rendimentos aplicação financeiras - incluindo certificados de depósitos bancários	103	302	103	430
Variações monetárias ativas	9	-	9	-
Realização valor presente	1.507	1.581	1.507	1.581
Outras	18	13	18	13
Total	16.802	22.400	16.813	22.529

Resultado financeiro líquido

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os seguros contratados pela Companhia, em 31 de dezembro de 2017, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Modalidade	Bens cobertos		Valor da cobertura
	Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes		
	Edifícios, instalações, equipamentos e outros		R\$ 130.000

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

27.1 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas securitárias para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado da Companhia, considerando os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A seguir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros:				
Mensurados ao custo amortizado:				
Contas a receber	73.688	57.012	73.688	57.012
Caixa e equivalentes de caixa	382	258	386	265
Aplicações financeiras	3.118	62	3.264	12
Partes relacionadas	60	19.743	60	19.743
Total ativos financeiros	77.248	77.075	77.398	77.142

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivos financeiros:				

...continuação



SAMA S.A. Minerações Associadas - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

a) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras de curto prazo	3.118	62	3.264	122
Total da exposição à taxa de juros	3.118	62	3.264	122

A Administração da Companhia avalia periodicamente suas aplicações e equivalentes de caixa para evitar risco de perda, considerando a instabilidade da atual política monetária. Dessa forma, a Companhia avalia periodicamente a possibilidade de contratos com derivativos para proteger esse risco.

Análise de sensibilidade para curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros:

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2017	Risco de redução		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano	
			Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)
CDI			6,89%	3,45%	5,17%	8,61%
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	3.264	3.264	(113)	(57)	113

Empréstimos e financiamentos - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2017	Risco de redução		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano	
			Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)
CDI			6,89%	3,45%	5,17%	8,61%
Empréstimos e financiamentos	CDI	10.614	10.614	(366)	(183)	366

I. Risco de crédito

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia diariamente, e é entendido que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica "perda com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

A Companhia avalia periodicamente a sua carteira de clientes e para 31 de dezembro de 2017, nenhum cliente individualmente possuía representatividade significativa em comparação ao total das contas a receber e faturamento individual e consolidado.

Depósitos à vista e aplicações financeiras

A Companhia está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

II. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

III. Gestão do capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2016. A Companhia incluiu na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	44.381	48.581	44.381	48.581
Instrumentos financeiros derivativos	-	304	-	304
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(3.118)	(62)	(3.264)	(122)
Dívida líquida	41.263	48.823	41.117	48.763
Patrimônio líquido	28.313	85.365	28.313	85.364
Dívida líquida e patrimônio líquido	(12.950)	36.542	12.804	36.603

28. COMPROMISSOS E GARANTIAS

A Companhia não possui compromissos contratuais com fornecedores para os próximos anos, relacionados à administração, operação e manutenção de seus ativos. Os compromissos existentes seguem as práticas de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía as seguintes garantias:

- Concessão de bens do ativo imobilizado oferecidos como garantia de processos judiciais, no montante de R\$ 2.150;
- Seguro-garantia para compra e venda de energia elétrica pela controlada Sama, no montante de R\$ 3.924, com a Potencial Seguradora S.A., cujo vencimento é em 25 de Fevereiro de 2019 e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda;
- Fiança bancária para garantia do pagamento de execução fiscal - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM firmado com a Sama S.A, no montante de R\$ 1.671, com o Banco Bradesco, com vencimento indeterminado;

29. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DA MINA

Ambiente

A Companhia registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Plano Ambiental de Fechamento da Mina - PAFEM, conforme Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

A Companhia registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	2017	2016
Taxa de desconto	7,5% a.a.	10% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4% a.a.	5% a.a.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente dos desembolsos esperados		
2023	14.795	5.216
2024	2.468	4.477
2025	1.421	2.320
2026 a 2034	888	1.865
Total	19.572	13.878

Considerando o acordo celebrado com o PAFEM a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2023 e 2034.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 1.388 (R\$ 1.262 em 31 de dezembro de 2016), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

30. PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Durante o exercício de 2017 e 2016 a Companhia revisou o valor recuperável de seus ativos. A metodologia adotada para o teste de recuperabilidade dos ativos da Companhia, foi a de fluxo de caixa descontado para cada Unidade Geradora de Caixa (UGC).

A perda por redução ao valor recuperável foi incluída na rubrica "Perda estimada por não recuperabilidade de ativos, provisão para reestruturação e desmobilização" na demonstração do resultado conforme demonstrado abaixo:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos - "Impairment" (*)	(22.196)	-	(22.196)	-
Total	(22.196)	-	(22.196)	-

(*) Referenciado na nota explicativa 11 e (**) Referenciado na nota explicativa 12.

As premissas utilizadas para cada unidade de negócio estão destacadas abaixo:

1) UGC Mineração

Período projetivo 2017:

A reserva mineral conhecida e prospectada (vida útil da mina) é para mais de 35 anos, com base no atual volume de vendas. A não publicação do acórdão e consequentemente da fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, a qual será discutido um prazo mínimo de modulação, impõe uma incerteza de quanto tempo a SAMA poderá operar.

Portanto, com base na reserva mineral conhecida e prospectada, cujo direito de lavra foi concedido pelo Governo Federal e Estadual à SAMA, a melhor estimativa contábil para o período projetivo considerado pela administração foi de 5 (cinco) anos, cujo foco será exclusivo à exportação, conforme já divulgado em fato relevante.

O modelo de operação que está sendo proposto pela SAMA, segue o modelo das minas canadenses que operaram exclusivamente com exportação a partir do momento em que houve restrição para o mercado interno.

Para a taxa de desconto foi utilizado o conceito do WACC de 14,32% (12,31% em 2016), depois do imposto de renda, ao ano.

	2018	2019	2020	31/12/2017 2021 e 2022
Volume (*)	3%	3%	3%	3%
Preço	3%	3%	3%	3%
Custo/Despesas (**)	3%	3%	3%	4%

(*) 1% abaixo da mediana da projeção do PIB de 3% a.a, foi admitido o mesmo volume de vendas de 2018 para os demais anos de projeção, em função de operar exclusivamente com exportação.

(**) A partir de 2021, pensando em ter uma projeção mais conservadora, dado que nem sempre é possível repassar ao preço a inflação recebida nos insumos e matérias-primas, foi admitido 4% a.a., em linha com as projeções de instituições bancárias brasileiras.

Período projetivo 2016: De acordo com o nível de extração e beneficiamento de minério, a UGC tem minério prospectado e conhecido até 2032 de acordo com o PAFEM (Plano Anual de Fechamento de Mina).

	2017	2018	2019	31/12/2016 2020 a 2032
Volume	2,5%	2,5%	2,5%	3%
Preço	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Custo/Despesas	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%

Outras premissas 2017:

CAPEX mínimo para manutenção dos ativos.

Para o capital de giro foi considerado uma média de dias de faturamento líquido para os anos da projeção. No último ano de projeção este capital regressa como entrada de caixa.

Outras premissas 2016:

Capex do primeiro ano aprovado para manutenção estrita. Para os demais anos foi considerado o valor da depreciação como base.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Recuperação Judicial

Em 19 de março de 2018 a Companhia protocolou o Pedido de Recuperação Judicial ("Pedido de RJ"), conforme divulgado na nota explicativa nº 1.3 - Contexto Operacional).

O referido Pedido de RJ foi deferido em 16 de abril de 2018, pela 2ª Vara de Falência e Recuperações Judiciais do Estado São Paulo.

b) Adiantamento de contrato de exportação

Subsequentemente ao encerramento do exercício de 2017, a Companhia, obteve das instituições financeiras contratos de empréstimos na modalidade de Adiantamento de contrato de exportação (ACE) no montante total de R\$ 53.828. Os contratos foram firmados com três diferentes instituições financeiras, sendo, Banco Bradesco R\$ 34.731, Banco do Brasil R\$ 15.805 e Banco Safra R\$ 3.292 com prazos de vencimento entre fevereiro e agosto de 2018.

c) Ação Civil Pública de Vitória da Conquista/BA

Foi publicada a decisão de primeira Instância proferida pela 1ª Vara da Justiça Federal de Vitória da Conquista/BA, em face da Companhia - em Recuperação Judicial, nos autos da Ação Civil Pública ("ACP") ajuizada pelo Ministério Público Federal ("MPF") e pelo Ministério Público do Estado da Bahia, a fim de apurar danos ambientais supostamente existentes na antiga mina de São Felix, município de Poções/BA.

Dentre os pedidos do MPF, o mais relevante, e que foi atendido pelo Juízo Federal, foi a fixação de indenização por dano moral ambiental coletivo no montante de R\$ 31 milhões e decretação de indisponibilidade do ativo não-circulante da SAMA, com o bloqueio de distribuições de lucros até o limite da referida condenação judicial. Tal decisão judicial foi proferida em primeira Instância, podendo ser objeto de recursos, não sendo, portanto, definitiva.

Segundo seus assessores jurídicos, a imposição judicial já foi contestada por meio de embargos de declaração e será objeto de apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ainda segundo a assessoria jurídica responsável pela referida ACP, a probabilidade de perda é considerada como possível além da condenação ser desproporcional e em desacordo com os parâmetros legais vigentes.

A ACP se refere à mina de São Felix, que teve operação encerrada em 1967, com o cumprimento de todas as medidas técnicas e jurídicas vigentes à época, ressaltando que a atividade ali exercida era devidamente regulamentada e licenciada pelas autoridades competentes e conforme o previsto na legislação em vigor no País à época.

Diretoria	
Luis Augusto Barcelos Barbosa	Rodrigo Lopes da Luz

Ailton Rodrigues Alves
Contador - CRC-GO 014951/O-8

ENERGIA ELÉTRICA

Enel Goiás ganha 1º lugar no Prêmio Abradee 2018

Katherine Alexandria
katherine.alexandria@opopular.com.br

Pela primeira vez, a Enel Distribuição Goiás, antiga Celg D, conquistou o primeiro lugar no Prêmio Abradee na categoria de evolução no desempenho. A solenidade da 20ª edição da premiação, que reconhece as melhores companhias do setor no País, foi realizada ontem na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília.

Além de Goiás, a Enel Distribuição Ceará também ganhou o primeiro lugar, só que na categoria de responsabilidade social e pela sétima vez. A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) utiliza como critério para premiar as distribuidoras estudos com consumidores de todo o Brasil, o que é feito desde 1999.

Há questionário com cerca de 97 perguntas utilizadas no cálculo do Índice de Satisfação

com a Qualidade Percebida (ISQP) e outros indicadores. Os dados considerados foram apurados em 2017 e com a colaboração das concessionárias associadas à entidade.

As informações também são referentes aos processos de gestão, operação e qualidade e são analisadas e auditadas. O levantamento é feito anualmente para medir a percepção do cidadão em relação ao serviço prestado pelas companhias.

“O Prêmio Abradee confirma o nosso compromisso com a qualidade do fornecimento e com o nosso cliente. Mostra como a Enel está comprometida com a melhoria contínua do serviço. Temos acelerado os investimentos e concretizado obras importantes para o nosso Estado. Esperamos que, cada vez mais, a companhia seja referência e cresça caminhando com Goiás”, afirmou o presidente da Enel Distribuição Goiás, Abel Rochinha.

Mesmo com o reconhecimento, a distribuidora apresentou no ano passado, o primeiro após a privatização, resultados piores com relação à duração das interrupções e o tempo que o consumidor ficou sem energia. Em 2017, os goianos ficaram em mé-

dia 32,29 horas sem energia, 17,94 a mais do que a média brasileira (14,35 horas). Acréscimo de 9,27% em relação a 2016.

Além disso, a Enel Goiás é a última colocada no ranking de qualidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

De outro lado, a distribuidora de energia ampliou os investimentos desde que a Enel assumiu a gestão da empresa. No ano passado, foram investidos R\$ 830 milhões, mais que o dobro dos R\$ 300 milhões anuais investidos antes da privatização (em 2015 e 2016).

A empresa vai investir outros R\$ 2 bilhões até 2020 na modernização da rede de distribuição do Estado, o que, como divulga, pode trazer melhorias mais significativas aos clientes.